

**Fabricio Gilberto Truppel**

**ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA  
EM TESES DE DOUTORADO NO BANCO DA CAPES: 2011-  
2012**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, área de concentração: Gestão da Informação, linha de pesquisa: Fluxos de Informação.

Orientador: Professor Dr. Vinícius Medina Kern

Florianópolis – SC  
2015

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca  
Universitária da UFSC.**

Truppel, Fabricio Gilberto

Análise de conteúdo sobre segurança pública em teses de doutorado no Banco de Teses da CAPES: 2011-2012 / Fabricio Gilberto Truppel ; orientador, Vinícius Medina Kern - Florianópolis, SC, 2015.

87 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Inclui referências

1. Ciência da Informação. 2. Segurança Pública. 3. Pós Graduação. 4. Cientometria. 5. Comunicação Científica. I. Kern, Vinícius Medina. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

**FABRICIO GILBERTO TRUPPEL**

**ANÁLISE DE CONTEÚDO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA  
EM TESES DE DOUTORADO NO BANCO DA CAPES: 2011-  
2012**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento ao requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

**APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA  
EM FLORIANÓPOLIS, 26 DE FEVEREIRO DE 2015.**

---

Profª. Rosângela Schwarz Rodrigues, Dra.  
Coordenadora do Curso

---

Prof. Vinícius Medina Kern, Dr. – PGCIN/UFSC (Orientador)

---

Prof. Aires José Rover, Dr. – EGC/ UFSC

---

Prof. Magda Teixeira Chagas, Dra. - PGCIN/UFSC

---

Profª. Ligia Maria Arruda Café, Dra. - PGCIN/UFSC



*Dedico este trabalho à minha  
Esposa e minha Filha, fonte de  
minha inspiração, e a todos os  
profissionais da segurança  
pública, que diariamente  
arriscam suas vidas para servir  
e proteger, permanecendo no  
anonimato.*



## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, a Grande Vida do Universo, por minha vida e pelas infinitas possibilidades. Por iluminar meu caminho, e permitir minha evolução. Pelo cumprimento de mais uma etapa, e pelo nascimento de minha filha durante o processo de elaboração deste trabalho.

Aos meus pais, Gilberto e Benta, que me deram educação e estrutura, para seguir firme em minha jornada, seguindo os valores do bem e do justo.

Aos irmãos, com os quais dividi alegrias e aprendizado. Todos de alguma forma contribuíram para eu pudesse manifestar minhas potencialidades.

Ao meu sogro e sogra, que me acolheram como filho. A todos os familiares que torceram e torcem por meu sucesso e felicidade.

Aos amigos, que opinaram, incentivaram, apavoraram-se, e alegram-se a cada degrau calcado.

Às mulheres da minha vida! Minha esposa, Michelle, pelo incentivo e tolerância aos meus períodos de reserva durante a elaboração deste trabalho. Obrigado por ser mãe da Valentina, minha esposa e confidente. E minha filha Valentina, luz de Deus em minha vida. Amo muito vocês.

À Polícia Militar de Santa Catarina, e aos meus Comandantes, que de alguma forma propiciaram condições para que pudesse me dedicar a este trabalho.

Aos colegas e amigos, alunos como eu, com quem compartilhei esta jornada. Todos tem participação nesta conquista. Aos professores, que conduziram meu aprendizado, que tiveram paciência e energia, para indicar o caminho que só o aluno pode trilhar. Ao corpo de servidores que propiciou de forma direta ou indireta, toda a estrutura necessária à realização do curso.

À Professora Doutora Lígia Maria Arruda Café, pelo incentivo e pela gentileza com que sempre se dirigiu a mim e aos demais alunos do programa.

Ao meu orientador, Professor Doutor Vinícius Medina Kern, por ter aceitado o desafio, e pela calma, paciência e perseverança em me orientar. Sem o seu apoio esta conquista não seria possível.

Somos fruto de nossas experiências, e por isso todos fazem parte do que sou. Meu muito obrigado.





*“As minhas obras,  
não sou eu quem as realiza,  
mas a força de Deus-Pai,  
que permeia os céus e a terra.”*

*Canto Evocativo de Deus*



## RESUMO

A segurança pública recebe cada vez mais atenção no cenário mundial, no entanto, ainda não está consolidada como área do conhecimento. A pesquisa responde à seguinte pergunta: Qual o estado atual da pesquisa científica brasileira em segurança pública, considerando a formação de doutores que elaboraram suas teses nesse tema? Desse modo, o objetivo geral foi o de conhecer a produção de teses com tema relacionado à segurança pública, no Brasil. Os objetivos específicos foram: a) caracterizar as teses selecionadas no Banco de Teses da Capes; b) apresentar o perfil dos autores da tese com base em informações coletadas nos currículos lattes dos mesmos; e c) analisar o conteúdo das teses selecionadas. Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória e descritiva, e quanto ao método de pesquisa é qualitativa. A análise de conteúdo foi utilizada para análise dos dados. Foi procedida uma busca básica pela expressão “segurança pública” no Banco de Teses da Capes, que teve sua cobertura reduzida recentemente para o período 2011-2012. Retringindo os resultados a teses, foram recuperadas 54, das quais apenas 36 guardavam relação com o tema da segurança pública, 16 de 2011 e 20 de 2012. A distribuição das teses por orientador e por instituição de ensino não apresentou concentração significativa. Os Estados que tiveram maior produção de teses, foram Rio de Janeiro e São Paulo, com 25% e 27,77%. Com relação à graduação inicial dos autores, 19,44% tem formação em direito, e, quanto à profissão que exercem, 66,67% são professores. A análise temática das teses, permitiu a distribuição das mesmas em 8 categorias: Políticas e programas de segurança pública (11); Estudos criminológicos (10); Formação dos profissionais de segurança pública (5); Trabalho policial (3); Estrutura dos órgãos de segurança pública (2); Segurança pública e direitos humanos (2); Saúde dos profissionais de segurança pública (2); e Desvio de conduta dos profissionais de segurança pública (1). A comparação dos resultados obtidos nesta pesquisa, com os resultados obtidos em pesquisa semelhante, versando sobre agricultura familiar, indicam menor produção no tema da segurança pública. Os resultados também apontaram para a formação de um viés jurídico na área, pelo destaque da produção de teses por pesquisadores com formação em Direito. Constatou-se a falta de teorizações sobre segurança pública.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Teses. Pós-Graduação. Comunicação Científica.



## ABSTRACT

Public safety gets more and more attention on the world stage, however, is not yet consolidated as an area of knowledge. The study answers the following question: What is the current state of the Brazilian scientific research in public safety, considering the training of doctors developed their theses on this issue? Thus, the overall objective was to meet the production of theses with theme related to public security in Brazil. The specific objectives were: a) to characterize the theses selected in Theses Database Capes; b) present a profile of the thesis of the authors based on information collected on lattes curriculum thereof; c) to analyze the content of theses selecionadas. Quanto the objectives, research is exploratory and descriptive, and for the research method is Qualiquantitative. The content analysis was used for data analysis. It was preceded a basic search by "public safety" in the Theses Bank of Capes, who had recently reduced their coverage for the period 2011-2012. Retringindo results to theses, 54 were recovered of which only 36 then concerned with the issue of public safety, 16 in 2011 and 20 in 2012. The distribution of the theses by guiding and teaching institution no significant concentration. The states that had higher production theses were Rio de Janeiro and São Paulo, with 25% and 27.77%. Regarding the initial graduation of the authors, 19.44% are entitled to training, and as to their profession, 66.67% are teachers. Thematic analysis of arguments, allowed the distribution of the same in 8 categories: Political and public safety programs (11); Studies criminology (10); Training for public safety professionals (5); Police work (3); Structure of law enforcement agencies (2); Public security and human rights (2); Health public safety professionals (2); and conduct of public safety professionals Forwarding (1). A comparison of results obtained in this study, with the results obtained in similar research, dealing with family farming, indicate lower production in the public security issue. The results also pointed to the formation of a legal bias in the area, the highlight of the production of theses by researchers with a background in law. It found a lack of theorizing about public safety.

**Keywords:** Public Safety. Theses. Graduate. Scientific Communication.



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Teses sobre segurança pública – Distribuição por ano de defesa .....	47
Gráfico 2 – Teses sobre segurança pública – Distribuição por instituição de ensino e Estado de localização .....	48
Gráfico 3 – Autores das teses sobre segurança pública – Distribuição por formação de graduação do autor.....	54
Gráfico 4 – Autores das teses sobre Segurança Pública – Distribuição por profissão .....	55





## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Distribuição das teses por área do conhecimento .....	49
Tabela 2 – Teses por programa de pós-graduação .....	50
Tabela 3 – Teses por linha de pesquisa .....	51



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

USP - Universidade de São Paulo



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	23
2 SEGURANÇA PÚBLICA .....	27
2.1 Segurança pública como função do Estado .....	27
2.2 Segurança pública, participação social e os efeitos da globalização .....	33
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	40
3.1 Caracterização da pesquisa .....	40
3.2 Contexto e corpus da pesquisa .....	41
3.3 Instrumento de coleta de dados .....	42
3.4 Tratamento, análise e interpretação dos dados .....	43
3.5 Descrição dos procedimentos aplicados .....	45
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	47
4.1 Caracterização das teses sobre segurança pública .....	47
4.2 Análise de conteúdo dos resumos das teses sobre segurança pública .....	55
4.2.1 Categoria: Políticas e programas de segurança pública .....	57
4.2.2 Categoria: Estudos criminológicos .....	61
4.2.3 Categoria: Formação dos profissionais da área de segurança pública .....	63
4.2.4 Categoria: Trabalho Policial .....	65
4.2.5 Categoria: Saúde dos profissionais de segurança pública ...	66
4.2.6 Categoria: Órgãos de segurança pública .....	67
4.2.7 Categoria: Segurança pública e direitos humanos .....	68
4.2.8 Categoria: Desvio de conduta dos profissionais de segurança pública .....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS .....	75
APÊNDICE A .....	81
APÊNDICE B .....	83



## 1 INTRODUÇÃO

Tema em constante foco em todo o mundo, a segurança pública ganha cada vez mais destaque na pauta dos chefes de estado, inclusive de países com alto índice de desenvolvimento humano (IDH), como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, e não apenas em países com IDH mais baixo, como no caso da maioria dos países latino americanos (ESTADÃO, 2013).

Tal fato dá-se entre outros motivos, pela crescente escalada da violência que afeta toda sociedade, e é representada pelo aumento de crimes violentos como homicídios, roubos, sequestros, atentados contra a dignidade sexual, entre outros.

A criminalidade, entendida por Clarck (1997) como um meio de vida de alguns indivíduos, os quais se dedicam usualmente a prática de delitos, vem modificando-se juntamente com a sociedade que a produz, adotando novos métodos e novas modalidades, exigindo dos órgãos de segurança pública uma mudança nas formas de enfrentamento e prevenção.

Dentre as mudanças necessárias ao enfrentamento do cenário que vem se desenhando, Rolim (2008) destaca que é necessária uma abertura ao debate responsável nos ambientes cultural e político, inclusive com o aumento da produção científica sobre o tema.

O desenvolvimento de pesquisas científicas na área de segurança pública, com o foco voltado para a prevenção do crime, segundo Rolim (2009), aumentou significativamente nos últimos trinta anos, principalmente nos países de língua inglesa, como Estados Unidos e Inglaterra, tendo entre os principais atores dedicados às pesquisas na área as universidades, instituições mantidas com doações do setor privado e órgãos governamentais (ROLIM, 2009).

Nesse sentido, para que se incremente a produção científica em determinado campo do conhecimento, não basta apenas o aumento das pesquisas, pois como mencionam Moreno e Aurellano (2005), o ciclo do conhecimento científico envolve outras etapas além da produção, como a comunicação e a aplicação do conhecimento, destacando-se o importante papel da publicação científica, como forma de divulgar os resultados alcançados e promover a discussão entre os pesquisadores da área.

É através da publicação científica que se dá notoriedade ao que é produzido, permitindo a discussão sobre os resultados, e aumentando o arcabouço de conhecimentos sobre determinada área. Tal conjunto de

conhecimentos é o que fundamenta a resolução, de forma científica, dos problemas enfrentados em determinada área (VOLPATO, 2008).

Nesse mesmo rumo, para que se possa incrementar a produção científica, faz-se necessário o aumento do número de pesquisadores atuando na área. Quanto maior o número de pesquisadores em determinada área de conhecimento, em tese, maior será o volume da produção científica. Seguindo tal lógica, o número de doutores formados, com teses versando sobre determinada área do conhecimento, remete-nos à ideia de um avanço ou retrocesso na referida área do conhecimento (CAPES, 2010).

A cada dia, questões ligadas à segurança pública ocupam mais espaço na pauta dos jornais e dos debates políticos e acadêmicos. Reflexo desta realidade é traduzida nos editais de incentivo ao ensino e pesquisa<sup>1</sup>, lançados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, e posicionamentos adotados por outros órgãos governamentais como a CAPES<sup>2</sup>.

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, da CAPES, que tem como objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil, demonstra uma preocupação com a inexistência de programas de pós-graduação nas áreas de segurança pública e criminologia (BRASIL, 2010).

Mesmo com os esforços do governo federal para o desenvolvimento da pesquisa sobre segurança pública, a produção de conhecimento, segundo a SENASP, limita-se a “relatórios das pesquisas realizadas, a confecção do anuário estatístico, a edição da Revista Segurança, Justiça e Cidadania, e a publicação dos relatórios das pesquisas ‘Perfil Organizacional’” (BRASIL, 2014).

Aquiescendo no fato de já existir uma produção científica sobre criminologia e segurança pública no Brasil, Beato (2010) defende, ainda, haver uma necessidade de construção de elementos que levem à formação

---

<sup>1</sup> Editais lançados pelo Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, buscando estimular o ensino especializado aos profissionais de segurança pública, bem como firmando convênios para realização de cursos de especialização em Segurança Pública. Disponíveis em: <<http://www.justica.gov.br/Acesso/convenios/edital-01-2014.pdf>>, e <<http://www.justica.gov.br/Acesso/convenios/edital-03-ensino-2014.pdf>>

<sup>2</sup> O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, elaborado pela CAPES, reconhece a necessidade e aponta ações a serem tomadas para o desenvolvimento de pesquisas em segurança pública e criminologia.



mais especializada de um campo do conhecimento próprio, bem como à qualificação e formação de pesquisadores para atuarem na área.

Apesar da inexistência de programas de pós-graduação específicos nas áreas de criminologia e segurança pública, a produção de teses e dissertações sobre os referidos temas não é nula. E, há a dispersão da temática em outras áreas do conhecimento, como a sociologia, o direito, saúde pública, entre outras.

O estudo das comunicações científicas de determinada área de conhecimento pode auxiliar na formação de uma imagem da área em foco. No caso da presente pesquisa, a meta é concentrar-se na produção científica dos programas de doutorado, mais especificamente as teses que abordem a segurança pública como tema. Como suporte para análise e construção de relacionamento entre os dados, os currículos dos autores das teses, cadastrados na Plataforma Lattes também serão consultados.

Com o presente trabalho, busca-se averiguar o grau de evolução da pesquisa científica em segurança pública, por meio de um levantamento qualiquantitativo. A investigação tem por objeto as teses produzidas no Brasil, cujo tema mantenha ligação com a área de segurança pública.

Delimitou-se, então como pergunta da pesquisa: Qual o estado atual da pesquisa científica em segurança pública, considerando a formação de doutores que elaboraram suas teses com tema relacionado a esta área?

Na busca da resposta da pergunta de pesquisa, o objetivo geral do trabalho foi:

- conhecer a produção de teses com tema relacionado à segurança pública, no Brasil.

Assim, foi realizado um levantamento no Banco de Teses da CAPES, buscando identificar teses que versassem sobre tema relacionado à área de segurança pública. A expectativa inicial foi a de que em virtude da importância do tema segurança pública, seria constatado um número expressivo de teses. Esperava-se que tais teses fossem oriundas de áreas afins a segurança pública, pois a segurança pública ainda não foi estabelecida como área do conhecimento. Bem como, segundo Beato (2010) não existe no Brasil programa de pós graduação em segurança pública.

Subsidiariamente, ao objetivo geral, elencaram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar as teses selecionadas no Banco de Teses da Capes;
- b) apresentar o perfil dos autores da tese com base em informações coletadas nos currículos lattes dos mesmos; e
- c) analisar o conteúdo das teses selecionadas.

A opção pelas teses que versam sobre segurança pública, como objeto de estudo, se deu pelo fato de que estas produções são requisito para a obtenção da titulação de doutor, grau característico do pesquisador em ciência (CAMPELLO, 2000). E ainda, conforme afirma Dantas (2004), a quase totalidade da produção científica brasileira é oriunda dos programas de pós graduação. Deste modo, em tese, uma investigação da formação de pesquisadores, por meio de sua produção obrigatória, possibilita a constatação do atual cenário científico de determinada área do conhecimento.

A presente dissertação conta com cinco capítulos. O segundo capítulo trata da apresentação conceitual da segurança pública. Na terceira parte do trabalho, são expostos os procedimentos metodológicos adotados. Os resultados obtidos e sua análise compõem o quarto capítulo. As considerações finais esboçam considerações acerca da realização da pesquisa, dos resultados obtidos e de perspectivas para novas investigações

## **2 SEGURANÇA PÚBLICA**

A segurança pública atualmente está inclusa na pauta de discussão de diversos governos e organizações mundiais. O crescente aumento dos índices de violência e criminalidade não são uma exclusividade dos países em desenvolvimento e colocam países como Estados Unidos e Reino Unido em estado de alerta.

Problemas relacionados ao crime, violência, tráfico de drogas, há muito são motivo de debates. Com a internacionalização das relações sociais, proporcionado pelo avanço dos meios de transporte e de comunicação, tais problemas passam a ganhar outras dinâmicas, e a fugir do alcance dos governos nacionais.

O fenômeno da globalização vem, então, agravando os problemas existentes, por meio da internacionalização das práticas delituosas, dificultando a ação dos órgãos de segurança pública por regra limitados às fronteiras nacionais. Desta forma, assim como as elites econômicas, o crime ganha mobilidade e passa a causar um sentimento de intranquilidade e insegurança, que já não pode ser combatido através da repressão ordinária e empírica, pelos corpos policiais (RODRIGUES, 2009).

Diante disto, no presente capítulo, aborda-se o tema da segurança pública e apresenta-se uma breve definição do termo. Busca-se também apresentar o papel da segurança pública junto à sociedade, apontando os problemas causados pelo processo da globalização e a necessidade do resgate da participação do indivíduo como cidadão, na solução dos problemas relacionados à segurança pública. Por fim expõe-se a necessidade de investimento no campo científico, por meio da formação de pesquisadores e do incentivo às pesquisas na área.

### **2.1 Segurança pública como função do Estado**

Desde o surgimento das primeiras aglomerações humanas, quando os indivíduos ainda eram nômades, as reuniões de indivíduos em forma de sociedades rudimentares e primitivas eram motivadas por questões de defesa e por consequência de sobrevivência (HIPÓLITO; TASCA, 2012)

Como forma de buscar proteção, que não poderia ser alcançada de forma isolada, os indivíduos reuniam-se em grupos, e através da divisão de tarefas delegavam aos mais aptos, devido às suas características físicas, funções de proteção do grupo, que eram exercidas por meio da força e violência (COULANGES, 1961).

Ao longo da história a necessidade de segurança continuou presente, impulsionando os indivíduos a reunirem-se em formas cada vez mais complexas e estruturadas socialmente. Com o surgimento do Estado moderno, surgem estruturas contratuais que buscam proporcionar segurança ao cidadão, frente a possíveis violações de seus direitos e liberdades, por parte de outros membros da sociedade (FERNÁNDEZ, 2002).

Foi em busca de segurança que, segundo Rousseau (2002), o indivíduo abriu mão de sua liberdade plena, a liberdade do estado natural, em troca de uma liberdade limitada à vontade geral, mas uma liberdade garantida, assegurada por um corpo moral formado pela associação de todos os pactuantes. Esse acordo de vontades é o que dá origem e legitimidade ao Estado, ao qual é delegada a função de zelar pelos direitos de seus cidadãos.

Esta função do Estado, de zelar pela integridade de direitos de seus cidadãos, pela segurança pessoal de cada indivíduo, e por extensão também do patrimônio deste, dá origem ao que se denomina atualmente de segurança pública. Todavia, conforme Matsuda, Graciano e Oliveira (2009), definir segurança pública, não é uma tarefa fácil, pois muito se discute e ainda pouco é compreendido.

São muitas as tentativas de definir segurança pública. Algumas buscam uma conceituação por meio do raciocínio jurídico, como é o caso de Lazarini (2000) e Moreira Neto (2009). Outros estudiosos optam por uma orientação mais sociológica, como Rodrigues (2009). Mesmo diante de divergências conceituais, percebe-se uma sobreposição dos mesmos elementos em todas as definições. A seguir serão apresentadas algumas definições.

Na busca por definir segurança pública, Bengochea *et al.* (2004) afirma que:

A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a aplicação da justiça na punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. Um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado

porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos (BENGOCHEA et al. 2004, p. 120).

Em certa consonância com a definição acima exposta, Matsuda, Graciano e Oliveira (2009, p. 21), afirmam que “a segurança pública é uma política que deve ser desenvolvida pelos órgãos públicos e pela sociedade, dentro dos limites da lei, garantindo a cidadania de todos”.

Outra definição pertinente e alinhada às duas já apresentadas, é a de Rodrigues (2009), que afirma:

[...] a segurança pública se define então como a prevenção, minimização, controle ou eliminação de riscos, perigos ou ameaças, acompanhados ou não de violência, que possam danificar, destruir ou violar ilegitimamente os bens, os direitos e as liberdades das pessoas em espaços públicos ou privados, possibilitando uma convivência harmoniosa sob o império da lei e favorável ao desenvolvimento individual e coletivo da comunidade (RODRIGUES, 2009, p. 42)

Percebe-se que em todos os conceitos, ora apresentados, são elementos comuns, os órgãos do poder público constituído e a sociedade, tendo como limite de atuação a lei, e como fim a garantia de direitos e da cidadania.

Sendo a segurança pública, entendida como uma função do Estado, Ruiz, Portillo V. e Yáñez (1994) não afastam sua definição das demais até agora vistas, e sobre a segurança pública mencionam:

En un primer acercamiento, es conveniente afirmar que la seguridad pública hace referencia al mantenimiento de la paz y el orden públicos. [...] se trata de la protección que se genera a través de los mecanismos del control penal, y del mantenimiento de la paz pública, mediante acciones de prevención y represión de ciertos delitos y faltas administrativas que la vulneran, particularmente a través de los sistemas de procuración e impartición de justicia y de los sistemas de policías preventivas (RUIZ; PORTILLO V.; YÁÑES, 1994, p. 43).

Observa-se que a prevenção assume um papel de destaque, no contexto das definições apresentadas. A segurança pública tem como papel não apenas o restabelecimento da situação de normalidade, mas a implementação constante de ações voltadas a evitar o rompimento da ordem ou violação da paz social.

Num sentido mais formal, alinhando-se a uma conceituação jurídica, sem, no entanto, desconsiderar os elementos até agora presentes nos demais conceitos, Lazzarini (2000) traduz a segurança pública como:

Estado antidelitual que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pelas leis das contravenções penais, com ações de polícia preventiva ou de repressão imediata, afastando-se, assim, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas, limitando as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada pessoa, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a (LAZZARINI, 2000, p. 119).

Tem-se, então, que a segurança pública enquanto função estatal visa um estado de paz e ordem entre os seus cidadãos, e tem como meios para promoção de tal situação, principalmente o sistema de justiça criminal, mais facilmente visualizado na forma dos corpos policiais. Seguindo ainda no mesmo caminho, a segurança pública, conforme mencionado por Lazzarini (2000), é um estado, um status, uma situação isenta de delitos, onde há um total respeito às leis, onde a liberdade de cada indivíduo está restrita à liberdade do outro, e onde a ordem pública permaneça íntegra, vigorando um sentimento de tranquilidade no seio social.

Na abordagem da segurança pública, e na busca pela compreensão de seus limites, torna-se imprescindível a conceituação da ordem pública, acima citada por Lazzarini (2000), e que segundo Moreira Neto (2009) é o fim da atividade de segurança pública, ou seja, esta última é um instrumento para obtenção de uma finalidade, qual seja, a preservação da ordem pública.

Por sua vez, a ordem pública, assim como a segurança pública, não é um conceito estático. A formulação de uma definição de ordem pública, é motivo de divergência entre estudiosos do assunto. Para Hipólito e

Tasca (2012), o conceito de ordem pública não pode prender-se as limitações de definições jurídicas, devendo abarcar outros elementos da vida em sociedade.

Nesta senda, a ordem pública é definida por Filocre (2010), como:

[...] estado de estabilidade dinâmica de uma sociedade, resultante de mecanismos reguladores, que confere o estabelecimento de relações livres a cada um dos indivíduos. Estado de estabilidade de uma sociedade diz respeito a situação de funcionamento em que a sociedade se conserva, sobrevive, autoconserva-se (FILOCRE, 2010, p. 24).

Sobre o aspecto conceitual de ordem pública, Rodrigues (2009), afirma que o entendimento atual não é mais o de que a ordem pública seja a “situação ou estado de legalidade normal, em que as autoridades exercem suas atribuições e os cidadãos as respeitam e acatam, sem constrangimento ou protesto” (PLÁCIDO E SILVA, *apud* RODRIGUES, 2009, p. 47). O antigo conceito hoje é substituído, segundo Rodrigues (2009, p. 47), “pelo novo enfoque em que se aliam a proteção e a garantia da livre fruição dos direitos e liberdades com respeito pela ordem constitucional democrática”.

Diante do que até agora foi exposto, pode-se afirmar que enquanto função do Estado, a segurança pública é o meio pelo qual o Estado busca manter a ordem pública. A ordem pública, por sua vez, constitui-se em um estado de garantia e de liberdade de fruição de direitos, ancorados e delimitados por uma ordem democrática juridicamente estabelecida.

Subsumindo os conceitos e definições até agora expostos, torna-se pertinente a menção ao texto constitucional, que dedica capítulo próprio a segurança pública. O art. 144, da Constituição Federal, assim prevê:

### CAPÍTULO III

#### DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.  
[...] (BRASIL, 1988)

Como é possível perceber, o texto constitucional, transcrito acima, coaduna-se com as definições de segurança pública até agora expostas. Ressalta-se, entretanto, a ênfase dada ao aparato governamental para sustentar as ações de segurança pública, em detrimento do papel social. A preservação da ordem pública, aqui também é colocada como o fim a ser alcançado pela segurança pública, e a participação de todos, sociedade e entes públicos, é arrolada como componente do sistema legalmente desenhado.

Em se tratando de segurança pública, não há como isolar ou descartar, a posição central dos órgãos policiais, mesmo diante da previsão constitucional, que atribui a todos a responsabilidade pela segurança pública. Por outro lado, o papel dos demais órgãos do sistema de justiça criminal, como Judiciário e Ministério Público, tem também responsabilidades, mesmo que sua atuação são seja tão visível (OLIVEIRA, 2002)

A participação social é outro elemento essencial para a solução dos problemas de segurança, pois ao cidadão importa a questão, enquanto possível vítima, ou em outra instância, enquanto possível gerador de fatores preditivos de crime ou violência. Seguindo neste rumo, Oliveira (2002) afirma ser importante diferenciar as políticas voltadas à área de segurança, e classifica as mesmas em políticas de segurança pública, e políticas públicas de segurança.

As políticas de segurança pública são aquelas desenvolvidas pelo estado e que guardam relação direta com as atividades policiais. De outro modo, as políticas públicas de segurança são as que englobam diversas ações, tanto governamentais como não governamentais, relacionadas ao problema da criminalidade e da violência (OLIVEIRA, 2002).

Atentando para este ponto específico da participação de outros órgãos, e também da sociedade, no contexto da segurança, Filocre (2010) classifica as ações governamentais em atuação direta do Estado na segurança pública, e atuação indireta do Estado na segurança pública. A primeira categoria citada abrange a atuação policial, a política criminal, o sistema penitenciário, a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário. Já a atuação indireta, engloba as ações de autorização e fiscalização das empresas privadas de segurança particular, as políticas públicas para a segurança pública, políticas sociais de cunho assistencial,



políticas sociais de natureza socioeconômicas, políticas socioeducativas e por fim a política social participativa.

Mesmo adotando classificações diferentes, Oliveira (2002) e Filocre (2010), convergem para o mesmo entendimento de que os problemas de segurança pública, demandam mais do que ações de cunho estritamente policial. As demandas de segurança pública surgem no seio social, e necessitam de atenção de outras esferas governamentais, tais como saúde, educação, assistência social e emprego. A participação social, é também um fator extremamente importante, pois situa-se no âmbito do controle social informal, e nas instâncias mais próximas dos indivíduos como família, religião, e comunidade.

O objetivo da presente seção não é o de esgotar o debate conceitual acerca da segurança pública. A intenção é trazer a lume uma linha de entendimento atual sobre a definição desta área tão debatida, mas ainda pouco compreendida. A exposição acima, acredita-se, ser satisfatória para o alcance do entendimento dos limites da segurança pública, e por conseguinte para a compreensão do presente estudo.

Na próxima seção, será abordada com maior detalhamento, a questão da participação social no campo da segurança pública, bem como os efeitos da globalização sobre a segurança.

## **2.2 Segurança pública, participação social e os efeitos da globalização**

A segurança pública, como função do Estado, é implementada principalmente por meio instâncias formais, em sua maioria por órgãos policiais, e por órgãos como o Ministério Público, Judiciário e Departamentos de Administração Prisional. A cada um destes órgãos, o texto constitucional atribuiu uma competência específica, levando a uma atuação sistêmica, na qual o resultado da interação dos órgãos é maior que o resultado de sua atuação individualizada (AMORIM, 2009).

Mesmo sendo, em grande parte, atribuída aos órgãos policiais, a segurança pública demanda a participação de outros setores governamentais, bem como de instâncias informais (OLIVEIRA, 2002). O ambiente de atuação dos atores envolvidos na atividade de segurança pública, é o meio social, de onde surgem os conflitos, os crimes e a violência. Assim, não é possível afastar o papel do cidadão, como produtor destes fatores, ou também como vítima deles (FILOCRE, 2010).

Seguindo neste rumo, é pertinente realizar uma reflexão sobre o papel da sociedade, como produtora e vítima do crime e da violência, bem como seu papel como ambiente de atuação dos órgãos de segurança pública. O meio social é composto por um complexo de relações e

interações entre os indivíduos. Essas relações, não são estáticas, pelo contrário, possuem uma dinâmica própria, e modificam-se constantemente (BUNGE, 2006)

Nesse cenário, a segurança pública, como função estatal, tem sofrido os impactos das mudanças sociais ocorridas. Estas mudanças em grande parte podem ser atribuídas ao fenômeno da globalização, que afeta diversos aspectos, além dos sociais, tais com os econômicos e culturais (RODRIGUES, 2009).

Torna-se, portanto, pertinente e oportuno uma breve abordagem deste fenômeno e seu impacto nas relações sociais e por conseguinte na segurança pública.

Nas últimas décadas, o mundo tem sentido os efeitos do processo de globalização, que afeta os diversos aspectos sociais, econômicos e políticos das nações, levando a uma homogeneização da cultura, redução das distâncias e rompimento de fronteiras (BAUMAN, 2001).

Não há um consenso sobre a definição do que é a globalização, seus efeitos, benesses ou males, porém Nunes (2009), na busca de uma definição do termo, sintetiza o seguinte conceito de globalização:

[...] é um processo que conduz a integração dos mercados nacionais, através da difusão da informação, do fluxo constante de transações monetárias, da interligação das diversas sociedades, bem como, de suas culturas sociais, políticas e econômicas (NUNES, 2009, p. 03).

O processo de globalização, impulsionado pelas novas tecnologias, caracteriza-se por uma constante movimentação do capital em busca de novos mercados. Dentre algumas das consequências de tal processo, está a imposição de uma cultura genérica, na qual o local passa a ceder espaço para o global. Reforçando e fundamentando tal ideia, Santos (2002), afirma que a globalização:

[...] é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival (SANTOS, 2002, p. 03).

A influência do capital não reconhece fronteiras, pelo contrário, busca a criação de uma cultura de consumo global, sobrepondo-se a cultura local. Modificam-se valores, desestabilizando economias e

influenciando políticas. A globalização acaba por dilapidar os laços de solidariedade entre os indivíduos, levando-os ao estranhamento, conforme nos menciona Santos (2004):

A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem a condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada (SANTOS, 2004, p. 32).

Tais efeitos da globalização influenciam diretamente na segurança pública, pois a condição de estranhamento e o esfriamento das relações com o próximo levam a um sentimento de incerteza, de insegurança. Surge o medo do outro, e aumentam as tensões sociais, aumentando também os conflitos.

As elites juntamente com o capital ganham a mobilidade, enquanto as classes menos favorecidas ficam presas ao local, a imobilidade passa ser uma condição indesejável, e uma característica marcante na divisão de classes do mundo globalizado, o que aumenta ainda mais o estranhamento entre os indivíduos e acirra os conflitos (BAUMAN, 2001).

A globalização rompe o contrato social, provocando fenômenos de desfiliação e de ruptura nas relações de alteridade, eliminando o vínculo entre os indivíduos. Deste modo, a globalização parece estar fundada em problemas sociais, como discriminação, violência, racismo, pobreza além dos problemas do meio ambiente e da fome (SANTOS, 2004a).

Neste contexto, criado pelo processo de globalização, o medo, a ansiedade e a incerteza desencadeiam uma busca por segurança, uma segurança pessoal e de defesa do patrimônio, levando os indivíduos a isolarem-se cada vez mais em busca de proteção. Os governos são pressionados a buscarem alternativas, que acabam por materializarem-se no aumento de efetivos policiais e no aumento da capacidade de encarceramento (RODRIGUES, 2009)

A questão da segurança foca-se, então, nos sintomas representados pela violência, pelos crimes como roubos, sequestros, homicídios, enquanto as causas, como a desigualdade social, a cultura do consumo desenfreado, a falta de valores morais, e a ineficiência do controle social informal, são ignoradas (SANTOS, 2004a).

Todo este panorama, com o foco na questão da segurança, é de interesse das forças de mercado, como pode ser percebido na abordagem de Bauman (2001):

A atenção localizada sobre um “ambiente seguro” e tudo o que possa de fato ou supostamente implicar é exatamente o que as “forças do mercado”, atualmente globais e portanto extraterritoriais, querem dos governos (com isso impedindo-os de fazer qualquer outra coisa). No mundo das finanças globais, os governos detêm pouco mais que o papel de distritos policiais superdimensionados; a quantidade e qualidade dos policiais em serviço, varrendo os mendigos, perturbadores e ladrões das ruas, e a firmeza dos muros das prisões assomam entre os principais fatores de “confiança dos investidores” e, portanto, entre os dados principais considerados quando são tomadas decisões de investir ou de retirar um investimento. Fazer o melhor policial possível é a melhor coisa (talvez a única) que o Estado possa fazer para atrair o capital nômade a investir no bem-estar dos seus súditos; e assim o caminho mais curto para a prosperidade econômica da nação e, supõe-se, para a sensação de “bem-estar” dos eleitores, é a da pública exibição de competência policial e destreza do Estado (BAUMAN, 2001, p. 126).

A solução para os problemas de segurança, como é possível perceber, foge ao alcance dos corpos policiais, órgãos que exteriorizam a função estatal de promoção da segurança pública, e a quem o Estado geralmente delega toda a responsabilidade sobre a questão. Percebe-se ainda, que a solução dos problemas não é algo desejável pelos detentores do poder econômico, e que dentro do panorama do mundo globalizado, os governos já não possuem meios de sobrepor o bem estar social, aos interesses das forças de mercado (BAUMANN, 2001).

Desse modo, uma possível solução para a questão da segurança passa necessariamente por um maior envolvimento das comunidades, dos indivíduos enquanto cidadãos, não atribuindo somente ao Estado a responsabilidade pela solução dos conflitos que nascem no seio social.

Uma observação importante com base no conceito de segurança pública, há pouco mencionado, é de que ela é limitada pelo espaço físico do território, pois sendo uma função estatal, ou uma situação a ser buscada pelo Estado, ela estará confinada às fronteiras do país, limitada ao alcance do poder soberano da nação (SORJ, 2005).

Essa limitação territorial já não se coaduna com o atual cenário mundial, onde os conflitos e os crimes estão cada vez mais internacionalizados, exigindo ações que extrapolem os limites territoriais dos Estados. O papel do cidadão torna-se cada vez mais importante, pois diante dos entraves à ação estatal, fica cada vez mais evidenciado que a responsabilidade pela segurança pública não é atribuição exclusiva do Estado.

Diante do processo de globalização, a noção de cidadão passa a ser afetada, pois como mencionado por Santos (2004), a ideia de cidadão está vinculada a ideia de lugar:

A verdade, porém, é que o “mundo” não tem como regular os lugares. Em consequência, a expressão cidadão do mundo torna-se um voto, uma promessa, uma possibilidade distante. Como os atores globais eficazes são, em última análise, anti-homem e anticidadão, a possibilidade de existência de um cidadão do mundo é condicionada pelas realidades nacionais. Na verdade, o cidadão só o é (ou não o é) como cidadão de um país (SANTOS, 2004, p. 55).

Com o advento do processo de globalização, onde os Estados nacionais perdem cada vez mais força frente às forças de mercado, e os indivíduos tendem a buscar cada vez mais a mobilidade e a cultura internacionalizada, abdicando dos vínculos com a localidade, a figura clássica de cidadão tende a perder-se ao longo deste processo.

A mobilidade, atualmente destinada a uma elite, tem como preço o rompimento de vínculos com a localidade e a adoção de uma cultura internacionalizada e homogeneizada, fazendo com que os indivíduos “móveis” não se preocupem com as questões da vida comunitária, pois assim que a situação não lhes é mais favorável ou interessante, eles podem simplesmente fugir para outro lugar, onde serão bem recebidos, pois carregam consigo o seu capital. Os espaços das ágoras, onde os relacionamentos ocorriam face-a-face, vão desaparecendo, e junto com eles, os debates sobre os problemas comuns da comunidade (BAUMAN, 2001).

Dessa forma, sem uma identificação do indivíduo com a comunidade e a localidade, não é possível falar em cidadania, pois esta pressupõe uma relação de identidade com a comunidade, com o meio e o espaço social, e por consequência, a possibilidade de tomar parte nas

decisões políticas que se referem a este meio (GONZÁLES DE GÓMES, 2006).

A falta de participação ativa, na vida política dos países, leva cada vez mais a um enfraquecimento do poder do Estado, e assim cada vez mais o capital passa a ditar os rumos a serem tomados pela política e pela economia, relegando a segundo plano, o combate às causas dos problemas de segurança pública, que são sentidos de forma mais severa pelas classes menos favorecidas.

É extremamente difícil o combate à violência e a criminalidade sem a participação da comunidade, pois ela é a fonte dos conflitos. É no seio social que surgem os problemas, e é a comunidade que detém o conhecimento e a percepção sobre os problemas que mais lhe afligem.

Por tal motivo, muitos países têm dado um maior enfoque para as ações baseadas na filosofia de polícia comunitária, e para o policiamento orientado para a solução de problemas. Estas abordagens tendem a aproximar os órgãos do Estado da comunidade, possibilitando desta forma a busca conjunta de soluções para os problemas de segurança pública (SANTOS, 2004a).

Como forma de buscar uma política de segurança pública cidadã, faz-se necessário realizar o caminho inverso da globalização, tendo como primeiro passo a retomada do foco voltando-o às localidades, como forma de resgatar a aproximação do Estado com a comunidade, proporcionando assim uma participação efetiva dos envolvidos na resolução dos problemas de segurança por eles percebidos.

Essa aproximação deve ser buscada também entre os indivíduos, como forma de colocar na mesma mesa de debates, os portadores das mais diferentes características, aqueles que hoje são estranhos, e que em virtude disto encontram-se isolados em comunidades trancadas, em busca de proteção (BAUMAN, 2003).

Em diversos países, faz algum tempo, há esforços para imprimir um caráter científico à área de segurança pública, através de um crescente investimento em pesquisas, tanto por parte de governos como da iniciativa privada.

Como exemplo de tais esforços, pode-se citar o *Universities Police Science Institute*<sup>3</sup>, no Reino Unido, um instituto dedicado à pesquisa científica sobre segurança pública e atividade policial; e o *Florida Community Policing Institute*, nos Estados Unidos, voltado à formação e inovação em segurança pública.

---

<sup>3</sup> O sítio do *Universities Police Science Institute* pode ser acessado em: <<http://upsi.org.uk>>

No Brasil, também já são observados esforços de se atribuir maior cientificidade à área, inclusive com propostas de se definir uma teoria geral da segurança pública. Em seu artigo, Leitão e Reis (2008) buscam caracterizar a segurança pública como ciência, apontando o controle social como objeto desta área, o método investigativo adotado é o dedutivo, e a preservação da ordem pública como finalidade.

Apesar desta tentativa de se definir uma teoria geral da segurança pública e caracterizá-la como uma ciência, ou área do conhecimento, esta ainda não foi nem ao menos institucionalizada como área do conhecimento, o que em tese poderia concentrar a produção de conhecimentos. Percebe-se, no caso do Brasil, através da leitura da tabela de áreas do conhecimento, divulgada pela CAPES, que a segurança pública não está contida em nenhuma área (BRASIL, 2012). A segurança pública trata de conhecimentos advindos de outras áreas, e seus estudiosos utilizam o arcabouço científico de ciências como a sociologia, a criminologia, a ciência política, o direito administrativo, e o urbanismo, além de outras (LEITÃO; REIS, 2008). Deste modo, a produção de conhecimento em segurança pública, acaba ficando dispersa pela ausência de um fator agregador como a institucionalização como área do conhecimento.

Os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração da presente pesquisa, serão tratados a seguir. A pesquisa será caracterizada, o contexto e o corpus da pesquisa serão apresentados, bem como o instrumento de coleta de dados. Por fim, descreve-se o procedimento de tratamento, análise e interpretação dos dados.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos metodológicos. A seguir, caracteriza-se a pesquisa e será apresenta-se o *corpus* da pesquisa, bem como o instrumento de coleta de dados utilizado.

#### 3.1 Caracterização da pesquisa

A presente pesquisa quanto aos objetivos é exploratória e descritiva, e quanto ao método de pesquisa para abordagem do problema é qualiquantitativa, ou de métodos mistos. A pesquisa exploratória, segundo Santos (2010) tem o intuito de aprofundar e aperfeiçoar ideias, ou a construção de hipóteses; caracteriza-se pela pouca quantidade de dados disponíveis. Enquanto na pesquisa descritiva o objetivo é a descrição de um determinado objeto de estudo, que pode ser uma população ou um fenômeno e suas variáveis.

Com relação ao método de pesquisa selecionado para a abordagem do problema, qual seja a abordagem qualiquantitativa, entende-se que devido as peculiaridades do problema de pesquisa, uma abordagem meramente quantitativa, definida por Creswell (2010, p.26) como “um meio para testar teorias objetivas examinando a relação entre as variáveis”, limitaria a pesquisa a fatores extremamente objetivos, excluindo da apreciação do pesquisador toda a carga subjetiva que permeia o conteúdo das comunicações analisadas. De outro modo, caso a opção fosse por um estudo qualitativo, que segundo Creswell (2010, p. 26) “é um meio para explorar e para atender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano”, a ausência de indicadores objetivos, poderiam eivar de extrema subjetividade as análises realizadas.

Sobre o emprego das pesquisas quantitativas e qualitativas, em uma mesma pesquisa Bryman (*apud* FLICK, 2009, p. 39), menciona:

[...] A pesquisa qualitativa pode apoiar a pesquisa quantitativa (2) e vice-versa (3), sendo ambas combinadas visando a fornecer um quadro mais geral da questão em estudo (4). Os aspectos estruturais são analisados com métodos quantitativos, e os aspectos processuais analisados com o uso de abordagens qualitativas (5). [...] o problema da generalização (7) pode ser resolvido, na pesquisa qualitativa, através do acréscimo das descobertas quantitativas, considerando-se que as



descobertas qualitativas (8) deverão facilitar a interpretação das relações existentes entre as variáveis dos conjuntos de dados quantitativos.

Visando atender as peculiaridades dos objetivos propostos, aplicou-se nesta pesquisa a análise de conteúdo, que apresenta características tanto da pesquisa qualitativa quanto da pesquisa quantitativa. Enquanto a análise quantitativa permite mostrar a distribuição regional e outras características explícitas das teses selecionadas, a análise qualitativa permite descrever as temáticas abordadas nas teses. A análise de conteúdo será abordada mais adiante.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa classifica-se como documental, pois conforme Santos (2010), a pesquisa documental realiza-se sobre documentos que não receberam tratamento de análise e síntese, como ocorre com a pesquisa bibliográfica, onde os documentos passaram por processos de análise e síntese de autores que apresentam o estudo pronto e acabado.

### **3.2 Contexto e corpus da pesquisa**

O corpus da pesquisa constitui-se de teses cadastradas no Banco de Teses da CAPES<sup>4</sup> (2011-2012), tendo como procedimentos e parâmetros de seleção os seguintes:

- a) Utilizando-se a ferramenta de busca do próprio Banco de Teses da Capes, realizou-se uma busca básica pela expressão exata “segurança pública”;
- b) Diante dos resultados apresentados pela ferramenta de busca, os resultados foram refinados, através do filtro “nível do curso” disponibilizado pela própria ferramenta, selecionado o nível de “doutorado”;
- c) Realizada a leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, como forma de verificar se as teses recuperadas, versavam realmente sobre segurança pública;
- d) Caracterização das teses que tem como escopo a segurança pública pela origem, orientador, área do conhecimento, ano de defesa, linha de pesquisa, formação inicial e atuação profissional do autor;

---

<sup>4</sup> O Banco de Teses da Capes pode ser acessado em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>

- e) Caracterização das abordagens por meio da análise dos resumos.

Definidas as teses a compor o corpus da pesquisa, buscou-se complementar as informações já coletadas, com informações do currículo dos autores, extraídos da Plataforma Lattes. Procedeu-se da seguinte forma:

- a) Identificado o autor da tese selecionada, procedeu-se uma busca pelo currículo do referido autor na Plataforma Lattes;
- b) Localizado o currículo, foram extraídas as informações referentes à atuação profissional e à formação acadêmica de origem do autor da tese.

### **3.3 Instrumento de coleta de dados**

As informações coletadas em pesquisas documentais necessitam ser registradas dentro de uma estrutura que possibilite a sistematização dos dados que serão utilizados na pesquisa. Segundo Creswel (2010), o registro dos documentos pode ser realizado com base em uma estrutura de anotações definidas pelo pesquisador, observando-se a necessidade de sistematização dos dados, de forma a permitir uma codificação do material, ou seja, o seu arranjo em blocos de texto.

Para a sistematização dos dados construiu-se um quadro com os seguintes dados:

- título da tese;
- autor;
- data da defesa;
- programa de pós-graduação;
- instituição de ensino;
- orientador;
- palavras-chave;
- resumo;
- área do conhecimento;
- linha de pesquisa;
- atividade profissional do autor;
- formação acadêmica de origem do autor.

Com base no quadro, foi elaborada ficha documental de cada tese, de forma a permitir uma análise individualizada. O modelo da ficha

documental utilizada está disponibilizada no Apêndice A. No Apêndice B, traz-se a referência do *corpus* da pesquisa.

### 3.4 Tratamento, análise e interpretação dos dados

A técnica escolhida para tratamento, análise e interpretação dos dados foi a da análise de conteúdo. Para Bardin (1994), a análise de conteúdo não é uma técnica, mas um conjunto de técnicas de análise das comunicações. E a referida autora afirma ainda:

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1994, p. 31).

A análise de conteúdo é tida por Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014, p. 14), como uma técnica que “é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos”.

Diversos autores abordam a análise de conteúdo, utilizando procedimentos que passam por etapas bastante semelhantes, porém Bardin é a mais citada (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011), desta forma serão utilizados os procedimentos descritos por ela.

As fases da aplicação da análise de conteúdo, segundo Bardin (1994), são três: 1. a pré-análise; 2. a exploração do material e 3. O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise é constituída pelas seguintes etapas, segundo Bardin (1994):

- a) leitura flutuante, consistente no estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados;
- b) escolha dos documentos, quando se realiza a delimitação do material que será analisado;
- c) formulação de hipóteses; e
- d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que consiste na determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos em análise;
- e) preparação do material.

A próxima fase é a da exploração do material, na qual “o investigador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado” (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO 2014, p. 16).

A terceira fase consiste no tratamento dos resultados, na realização de inferências e interpretação. Nesta fase, as informações são condensadas e destacadas, passando-se a interpretações inferenciais, conforme cita Bardin (1994, p. 101):

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (<<falantes>>) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põe em relevo as informações fornecidas pela análise.  
[...]

O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

Na fase de tratamento dos resultados, de realização de inferências e de interpretação, duas dimensões se destacam, por possibilitar e facilitar as interpretações e inferências, são elas a codificação e a categorização. A codificação é definida por Bardin (1994) como uma transformação dos dados brutos do texto, por meio de recorte, agregação e enumeração, com o intuito de possibilitar uma representação do conteúdo, de sua expressão. Essa transformação permite ao analista, conhecer as características do texto que poderão servir de índices.

Após a definição das unidades de registro e análise, por meio da codificação, o próximo passo é a categorização. Ao abordar a categorização, Franco (2012, p. 63) a define como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”. A definição apresentada está em consonância com o delineamento de categorização proposto por Bardin (1994).

É pertinente destacar que a elaboração de categorias, segundo Franco (2012) pode ser realizada *a priori* ou *a posteriori*. A utilização de categorias pré definidas leva a uma análise bastante fechada, conduzindo

a resposta a uma pergunta específica. Já a elaboração posterior das categorias leva a um enriquecimento da análise por permitir análises mais específicas e a verificação de relacionamentos até então ignorados, porém demanda do analista uma maior bagagem teórica sobre o tema em análise.

Para obter-se um bom conjunto de categorias, Bardin (1994) afirma que algumas qualidades devem ser observadas: a) exclusão mútua – cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; b) homogeneidade – um único princípio de organização deve orientar a organização da categoria; c) pertinência – o sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação; d) objetividade e fidelidade – mesmo mudando o foco da análise, a grade de categorias deve manter-se inalterável, refletindo a objetividade e fidelidade de classificação; e) produtividade – o conjunto de categorias deve proporcionar a obtenção de bons resultados.

O passo seguinte à categorização é o da realização de inferências e interpretação dos resultados. A análise de conteúdo, segundo Franco (2012, p. 32), tem por razão de ser a realização de inferência, que é posta como o “procedimento intermediário que vai permitir a passagem, explícita e controlada, da descrição à interpretação.” É este procedimento de inferência, que permite a construção de relacionamentos entre os dados descritos, através de um processo de análise.

### **3.5 Descrição dos procedimentos aplicados**

Como forma de responder ao questionamento que deu origem ao presente estudo, foi realizada uma busca no banco de teses das capes, utilizando-se como termo de busca a expressão “segurança pública”. Foram recuperados documentos que apresentavam o termo de busca em qualquer dos campos cadastrados na base (título, resumo, palavras chave). Na busca, recuperou-se um total de 302 documentos, destes 178 relativos a mestrado acadêmico, 70 a mestrado profissional e 54 a doutorado.

Utilizando-se as ferramentas da própria base de dados, a pesquisa foi refinada para selecionar apenas os trabalhos de doutorado. O resultado após a filtragem foi de 54 teses, ou seja, teses que continham a expressão “segurança pública” em algum dos campos cadastrados na base. Foi realizada a leitura flutuante do material, considerando títulos, palavras chave e resumos, com o intuito de verificar e selecionar apenas aqueles que realmente versavam sobre o tema de segurança pública.

Foram descartadas 18 teses, que apesar de conterem a expressão de busca, em algum dos campos cadastrados na base de dados, não apresentaram relação com a temática da segurança pública. Como é o caso

da pesquisa de Carellos (2012), intitulada “Epidemiologia da toxoplasmose congênita em Minas Gerais um estudo populacional”, que apesar de conter o termo de busca, o tema da pesquisa não era ligado à segurança pública.

Ao final do procedimento e da seleção, foram coletadas 36 teses com relação direta com a temática da segurança pública. A busca foi realizada no dia 22 de setembro de 2014, sendo repetida no dia 15 de dezembro de 2014, sem alterações nos resultados obtidos. Mesmo sem utilização de filtros para limitação temporal, não foram obtidos documentos anteriores a 2011, tal fato se dá pela reformulação do Banco de Teses da Capes, que atualmente disponibiliza apenas trabalhos no período 2011-2012.

A seguir, optou-se pela realização de uma análise temática, focada na segurança pública, sendo que o procedimento de categorização definido após a preparação do material, ou seja, as categorias foram elaboradas *a posteriori*. Foram definidas com base nas qualidades citadas por Bardin (1994), como a exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, e produtividade. As teses foram agregadas por semelhança, descrevendo-se os fatores agregadores, respeitadas as qualidades que as categorias deveriam possuir.

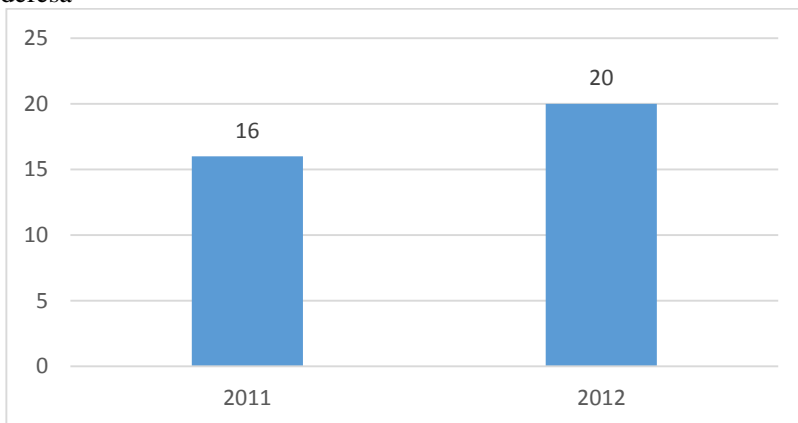
## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As teses selecionadas serão apresentadas de forma descritiva, com a utilização de gráficos e tabelas para ilustrar os dados coletados, bem como facilitar a compreensão da análise que foi realizada.

### 4.1 Caracterização das teses sobre segurança pública

Apesar da pesquisa ter abrangido o universo de teses até dezembro de 2014, as 36 teses selecionadas no Banco de Teses da CAPES, encontram-se distribuídas pela data de defesa, em apenas dois anos, conforme limitação do acervo do próprio banco de Teses da Capes já mencionada no capítulo anterior, sendo 16 em 2011 e 20 teses em 2012, conforme gráfico 01:

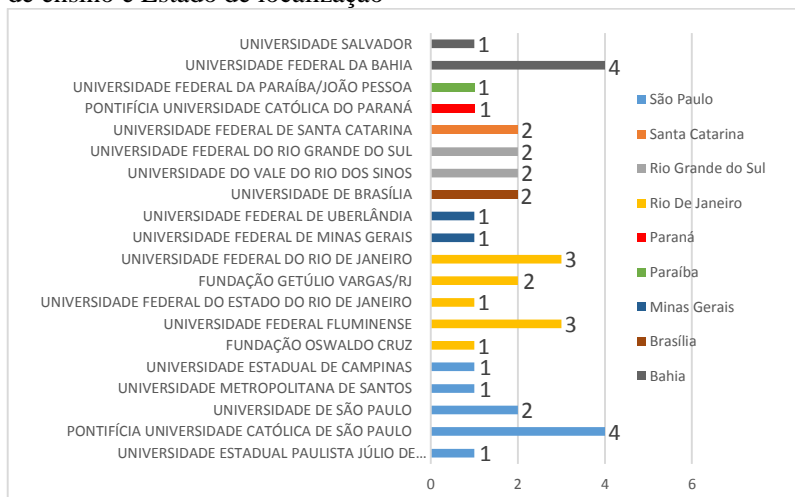
Gráfico 1 – Teses sobre segurança pública – Distribuição por ano de defesa



Fonte: Dados da Pesquisa levantamento no Banco de Teses da Capes - 2014

A distribuição das teses pelo critério de classificação, segundo a instituição de ensino, é bastante heterogênea, ocorrendo poucas concentrações em determinadas instituições, mas que no entanto não remetem a uma produção muito acima das demais instituições, conforme se pode ver a seguir, no gráfico 2:

Gráfico 2 – Teses sobre segurança pública – Distribuição por instituição de ensino e Estado de localização



Fonte: Dados da Pesquisa levantamento no Banco de Teses da Capes - 2014

Ao se realizar a distribuição das teses coletadas, levando-se em consideração o Estado de localização da instituição de ensino, conforme o gráfico acima, constata-se que há uma concentração da produção de teses nos estados de São Paulo (25%), Rio de Janeiro (27,77%), e em terceiro lugar Bahia (13,88%). Em parte atribui-se tal concentração nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por possuírem maior quantidade de programas de pós-graduação.

O caráter multidisciplinar da segurança pública, enquanto campo de estudo científico, fica evidenciado quando da análise das áreas de conhecimento, nas quais foram produzidas teses sobre segurança pública. Percebe-se um destaque na produção de teses sobre segurança pública, nas áreas de Sociologia, Educação, Direito, Psicologia e Antropologia, que juntas representam 52,78% do total de teses selecionadas. Na tabela 1 apresenta-se a distribuição das teses selecionadas por área de conhecimento:



Tabela 1 – Distribuição das teses por área do conhecimento

ÁREA DO CONHECIMENTO	NÚMERO DE TESES	%
Sociologia	5	13,89%
Educação	4	11,11%
Direito	4	11,11%
Psicologia	3	8,33%
Antropologia	3	8,33%
Ciência Política	2	5,56%
Sociais e Humanidades	2	5,56%
Administração	2	5,56%
Ensino-Aprendizagem	1	2,78%
Comunicação	1	2,78%
Planejamento Urbano e Regional	1	2,78%
Saúde Pública	1	2,78%
Saúde Coletiva	1	2,78%
Geografia	1	2,78%
Outras Sociologias Específicas	1	2,78%
Engenharia De Produção	1	2,78%
Música	1	2,78%
Linguística	1	2,78%
Linguística Aplicada	1	2,78%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa levantamento no Banco de Teses da Capes - 2014

Destaca-se que as teses nas áreas de Sociais e Humanidades e Outras Sociologias Específicas, que juntas somam tres teses (8,33%), apesar de serem muito próximas, ou até uma ramificação da Sociologia, estão computadas à parte.

Há uma concentração significativa nos programas de Educação (13,89%), conforme apresenta-se na tabela 2. É possível verificar a inexistência de programas específicos na área de segurança pública, fato que já havia sido diagnosticado em 2010, pela Capes segundo o PNPG 2011-2020 (BRASIL, 2010). A inexistência de programas na área de segurança pública, mesmo após a manifestação da CAPES pela necessidade de investimentos em tal campo, faz evidenciar-se uma

estagnação nas pesquisas em segurança pública, mantendo-se o status dos anos anteriores a 2011.

Tabela 2 – Teses por programa de pós-graduação

<b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE TESES</b>	<b>%</b>
Educação	5	13,89%
Direito	4	11,11%
Sociologia	3	8,33%
Ciência Política	2	5,56%
Psicologia	2	5,56%
Ciências Sociais	2	5,56%
Administração	2	5,56%
Antropologia	2	5,56%
Engenharia de Produção	1	2,78%
Integração da América Latina	1	2,78%
Desenvolvimento Regional E Urbano	1	2,78%
Saúde Coletiva	1	2,78%
Linguística	1	2,78%
Comunicação e Cultura Contemporânea	1	2,78%
Antropologia Social	1	2,78%
Interdisciplinar em Ciências Humanas	1	2,78%
Sociologia e Antropologia	1	2,78%
Saúde Pública	1	2,78%
Psicologia Clínica e Cultura	1	2,78%
Música	1	2,78%
Geografia	1	2,78%
Linguística Aplicada	1	2,78%
<b>Total Geral</b>	<b>36</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa levantamento no Banco de Teses da Capes - 2014

Seguindo na caracterização das teses selecionadas, quando estas são classificadas por linhas de pesquisa, constata-se que não há agrupamentos significativos. Apenas três linhas de pesquisa contam com duas teses produzidas, sendo que as demais linhas contam com apenas uma tese cada. Percebe-se, entretanto, que algumas linhas de pesquisa

seguem uma temática semelhante, como a violência e políticas públicas, conforme mostrado na tabela 3:

Tabela 3 – Teses por linha de pesquisa

<b>LINHAS DE PESQUISA</b>	<b>NÚMERO DE TESES</b>	<b>%</b>
Democracia, Estado e Movimentos Sociais	2	5,56%
Efetividade do Direito Público e Limitações da Intervenção Estatal	2	5,56%
Organização e Gerência	2	5,56%
A questão da eficácia das leis consumeristas no conflito com as práticas abusivas	1	2,78%
Análise de Produtos e Linguagens da Cultura Mediática	1	2,78%
Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural	1	2,78%
Antropologia das minorias	1	2,78%
Antropologia do Corpo e do Esporte	1	2,78%
Conflito, Violência e Criminalidade	1	2,78%
Cultura Jurídica, Segurança Pública e Conflitos Sociais	1	2,78%
Cultura, Currículo e Sociedade	1	2,78%
Desenvolvimento, políticas urbanas e redes de cidades	1	2,78%
Educação, História e Políticas	1	2,78%
Ética, Linguagem e Justiça	1	2,78%
Etnomusicologia	1	2,78%
Gênero e suas inter-relações com geração, etnia, classe	1	2,78%
História e Políticas da Educação	1	2,78%
Interação e Práticas Discursivas	1	2,78%
Língua, Sujeito e História.	1	2,78%
Modelagem no apoio à decisão	1	2,78%
Pensamento Social e Político Social Brasileiro	1	2,78%

Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais	1	2,78%
Políticas Públicas	1	2,78%
Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares	1	2,78%
Políticas Públicas e Relações de Trabalho	1	2,78%
Processos Interacionais no Contexto do Casal, da Família, do Grupo e da Comunidade	1	2,78%
Processos psicossociais e coletivos	1	2,78%
Relações éticas, estéticas e processos de criação	1	2,78%
Sociedade, Economia e Estado	1	2,78%
Violência e Saúde	1	2,78%
Violência Urbana e Saúde	1	2,78%
Violência, Criminalização Cidadania e Direito	1	2,78%
Violência, Gênero e Cidadania	1	2,78%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da Pesquisa levantamento no Banco de Teses da Capes - 2014

Analisando a tabela 3, verifica-se que um total de cinco teses, que correspondem a 13,89% do total, foram produzidas em linhas de pesquisa que abordam a violência sob determinado aspecto. A questão de políticas públicas aparece em três linhas de pesquisa, com uma tese cada uma, representando 8,23% do total. Apenas em uma linha de pesquisa, aborda-se especificamente a segurança pública como tema, o que representa 2,78% do universo de teses selecionadas.

A organização das teses por orientador evidenciou que cada tese tem um orientador diferente, ou seja, não há elementos que apontem para que determinado profissional tenha produção, em termos de orientação, focada na área da segurança pública. Quando realizado o cruzamento dos dados dos orientadores com as instituições de ensino, nas quais foram produzidas as teses selecionadas, constatou-se que não há agrupamentos de orientadores por instituição de ensino, significando que as teses produzidas na mesma instituição de ensino, tiveram orientadores diferentes.

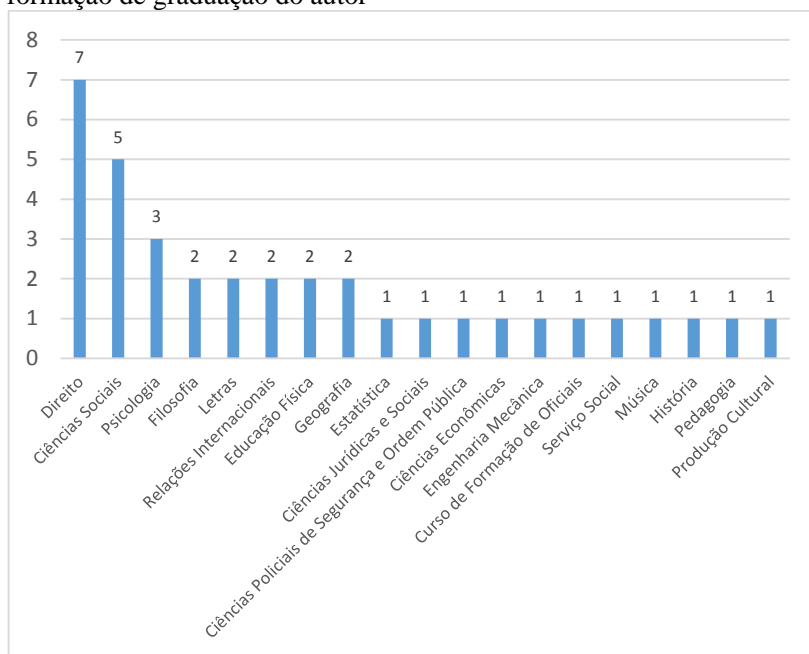
O cruzamento de dados dos autores das teses, extraídos do Banco de teses da Capes, com os dados do currículo dos autores, cadastrados na Plataforma Lattes, nos permite buscar características específicas de cada autor, e assim identificar relacionamentos dos autores com o material produzido. Pesquisou-se a formação inicial dos autores para verificar se há algum relacionamento entre estes dois fatores, sendo que foi considerada a primeira graduação realizada pelo referido autor.

A análise da formação inicial dos autores das teses demonstrou um agrupamento significativo de autores que tiveram sua formação inicial na área do Direito, sendo um total de sete pesquisadores, o que representa 19,44% do total de autores. Em um segundo agrupamento, temos a graduação em Ciências Sociais, com cinco pesquisadores, representando 13,89% do total, e em terceiro a graduação em Psicologia com três pesquisadores, sendo 8,33% do total. Os demais autores, 21 (58%), encontram-se distribuídos por 16 graduações diferentes, não ultrapassando dois autores por graduação.

O que é possível destacar, é que apenas dois autores apresentaram a sua formação inicial específica em segurança pública, sendo um em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública, e outro no Curso de Formação de Oficiais, totalizando 5,56% dos pesquisadores autores das teses selecionadas.

No gráfico 3, ilustra-se a distribuição dos autores por sua formação inicial:

Gráfico 3 – Autores das teses sobre segurança pública – Distribuição por formação de graduação do autor



Fonte: Dados da Pesquisa levantamento no Banco de Teses da Capes – 2014 e Plataforma Lattes - 2014

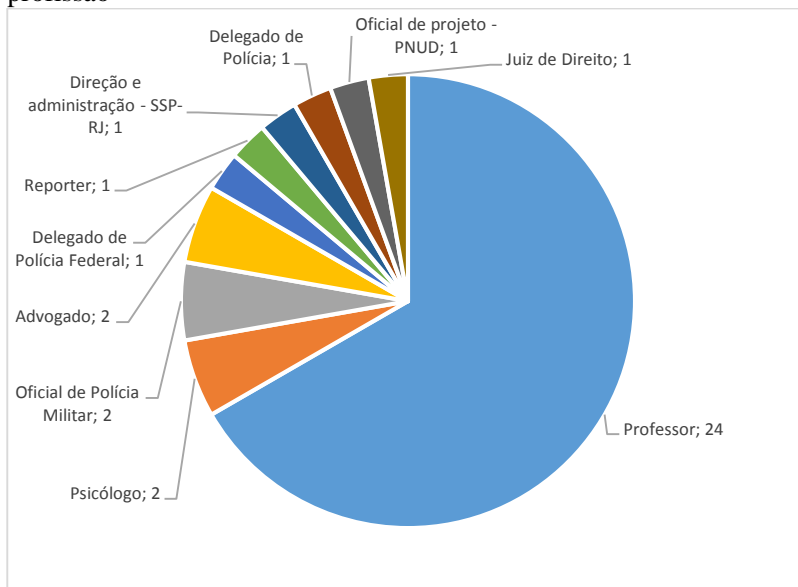
Na busca por verificar o perfil dos autores das teses em estudo, também verificou-se a profissão do autor da tese, considerando a profissão a ocupação principal do mesmo. Quando da verificação do exercício de duas profissões por um mesmo autor, optou-se por aquela de maior carga horária, e que por conseguinte exige uma maior dedicação do autor. Os dados foram extraídos do currículo do autor, cadastrado na Plataforma Lattes.

A distribuição de autores por profissão evidenciou uma concentração bastante significativa de professores (66,67%), sendo que tal resultado se dá pelo fato de que a grande maioria dos pesquisadores profissionais, tem como principal profissão a de professor, fato este não apenas relacionado a área de segurança pública.

As profissões que guardam relação direta com a segurança pública (Oficial de Polícia Militar; Delegado de Polícia Federal, Delegado de Polícia, Agente de Direção e Administração de Secretaria de Segurança Pública, Juiz de Direito) somam seis autores, representando apenas

16,67% do total de pesquisadores. No gráfico abaixo, evidencia-se bem a distribuição de autores por profissão:

**Gráfico 4 – Autores das teses sobre Segurança Pública – Distribuição por profissão**



Fonte: Dados da Pesquisa levantamento no Banco de Teses da Capes – 2014 e Plataforma Lattes - 2014

Realizada a caracterização das teses sobre segurança pública, bem como a descrição do perfil dos autores das teses, com o intuito de clarificar o panorama atual da formação de doutores que elaboraram suas teses dentro de temas vinculados à segurança pública, e com isto buscar apresentar o cenário das pesquisas em segurança pública, passa-se a seguir a realizar a análise de conteúdo dos resumos das teses selecionadas. A análise de conteúdo, tem o condão de ampliar o entendimento sobre as teses que foram elaboradas, e buscar relacionar características das pesquisas com os dados até agora apresentados.

## **4.2 Análise de conteúdo dos resumos das teses sobre segurança pública**

As teses foram selecionadas a partir da leitura de seus títulos, palavras-chave e resumos, tendo como critério de seleção a vinculação, o

relacionamento e por consequência a sua inclusão dentro da temática da segurança pública. O elemento fundamental da análise foi o resumo, pois traz elementos que permitem a identificação do trabalho realizado.

O resumo, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2003), deve conter os trechos mais importantes do trabalho, de forma que o leitor possa tomar conhecimento do que trata o documento, sem no entanto, ter de ler todo o conteúdo do trabalho.

Os resumos das teses selecionadas, apresentaram em sua maioria conformidade com os requisitos de um resumo, porém, alguns não se mostraram tão claros, sendo necessário recorrer a leitura da introdução e outras partes do trabalho, a fim de apreender a temática e os métodos utilizados.

A análise dos resumos das teses, deu-se pela categorização dos mesmos, pelo critério semântico em categorias temáticas, relacionadas à segurança pública. Este procedimento segundo Bardin (1994, p. 119), tem por objetivo “fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos”.

As categorias foram elaboradas *a posteriori*, após uma exaustiva leitura e análise do material, sendo o título de cada categoria, definido após o agrupamento dos mesmos pelas semelhanças encontradas.

Foram elaboradas oito categorias, levando-se em consideração as vertentes temáticas da segurança pública, sobre as quais fundamentavam-se as teses em estudo. A categorização buscou traçar limites, por vezes tênues, entre as temáticas abordadas, visando atender ao princípio da exclusão, onde um elemento não pode estar contido em mais de uma categoria (BARDIN, 2004).

As categorias elaboradas foram:

1. Políticas e programas de segurança pública;
2. Estudos criminológicos
3. Formação dos profissionais da segurança pública;
4. Trabalho policial;
5. Saúde dos profissionais da segurança pública;
6. Segurança pública e direitos fundamentais;
7. Órgãos de segurança pública;
8. Desvio de conduta dos profissionais da segurança pública.

No gráfico 5, apresenta-se a distribuição das teses por categoria, percebendo-se uma concentração de teses na categoria Políticas e programas de segurança pública, correspondendo a 30,56% do total de teses. Em segundo, lugar a categoria Estudos Criminológicos com 27,78%, e em terceiro lugar a Formação dos profissionais de segurança



pública com 13,89% do total. As demais categorias juntas somam 27,78% do total de teses.

**Gráfico 5 –Teses sobre segurança pública – Distribuição temática por categoria**



Fonte: Dados da Pesquisa levantamento no Banco de Teses da Capes – 2014

#### 4.2.1 Categoria: Políticas e programas de segurança pública

As teses classificadas nesta categoria tem em comum a abordagem de alguma modalidade, tipo ou espécie de política ou programa de segurança pública. Para a delimitação do conceito definidor da categoria, foi utilizada a definição proposta por Filocre (2009), que entende que políticas públicas são programas de ação governamental, destinados a orientar a ação estatal e privada, no sentido de alcançar os objetivos de relevante interesse social e delimitados politicamente. Mais especificamente sobre políticas de segurança pública, o já referido autor afirma que políticas de segurança pública são:

[...] um conjunto de programas, estratégias, ações e processos atinentes à manutenção da ordem pública no âmbito da criminalidade, incluídas neste contexto questões sobre violência, insegurança, inclusive subjetiva (FILOCRE, 2009, p. 148).

Dentro de tal delimitação, foram classificadas 11 teses, que apresentaram em seu bojo algum tipo de abordagem sobre políticas e programas de segurança pública. A seguir, analisaremos o conteúdo das teses selecionadas.

O policiamento comunitário, ou polícia comunitária é assunto recorrente em 36,36% das teses desta categoria, mostrando-se como uma política de segurança pública preponderante nos estudos selecionados (MORAES, 2011); (SOUZA, 2011); (MARTINS, 2012); (PASSOS, 2011).

Os rituais de participação nos conselhos comunitários de segurança são abordados por Moraes (2011), por meio de uma etnografia dos processos de produção de discursos e circulação das palavras, nesses ambientes. No referido estudo, os conselhos comunitários de segurança foram diagnosticados, como um lugar rico para observar os múltiplos sentidos dados à participação e a eficácia por ela produzida.

Seguindo no âmbito de políticas e programas participativos na seara da segurança pública, Souza (2011) analisa o processo de surgimento, institucionalização e desenvolvimento de instâncias de participação e programas participativos no âmbito da segurança pública no Brasil. O estudo concentrou-se no caso do policiamento comunitário, como uma ferramenta de prestação de serviço policial mais adequada ao contexto democrático contemporâneo. São analisados aspectos políticos e históricos do surgimento do policiamento comunitário no Brasil.

A estruturação do policiamento comunitário na cidade de Aracajú constituiu o objeto de estudo de caso realizado por Passos (2011) em sua pesquisa. A caracterização das demandas por segurança, assim como a participação social na implementação de políticas públicas, foi relacionada à redução da violência.

Outro estudo de caso foi realizado por Martins (2012), que abordou o processo de modernização da Polícia Militar da Bahia, por meio da implementação do policiamento comunitário. O estudo buscou identificar possíveis óbices e dificuldades que emanavam da cultura organizacional da Polícia Militar da Bahia, durante o processo de implementação do policiamento comunitário.

Ainda dentro da categoria Políticas e Programas de segurança pública, encontramos o estudo realizado por Nascimento (2011), que abordou a possibilidade de emergência do discurso do movimento lei e ordem, no âmbito de políticas de segurança pública, e como esse movimento pode influenciar as tecnologias de segurança pública, levando também ao recrudescimento das punições. O estudo concluiu que no estado governamentalizado, o discurso do movimento lei e ordem,

influencia as tecnologias de segurança pública que se constituem em princípios das políticas criminais.

O estudo do impacto de práticas musicais, nas políticas de estado, especialmente nas políticas de segurança pública, foi tema da tese desenvolvida por Guazina (2011). Entre as constatações do estudo, verificou-se que as práticas musicais influenciam na formação das subjetividades, bem como se assemelham ao canto orfeônico, aliando-se às políticas de segurança pública. Por fim, expressa a contribuição das práticas musicais nos projetos sociais, como forma de viabilizar alternativas de vida e enfrentamento de uma realidade agonística de lutas intensas.

A análise das formas de governabilidade da juventude, presente em políticas de segurança pública, foi abordada por Damico (2011), por meio de um estudo comparativo dos casos da cidade de Guajuviras – RS, que é beneficiada com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, por meio das ações do Programa Território da Paz, e a cidade de Gringny Centre, na França, considerada uma das cidades mais problemáticas na periferia de Paris, e que é cenário de uma série de ações de prevenção e repressão à criminalidade. A pesquisa constatou que o Territórios da Paz utiliza-se de atividades que buscam regular a diversidade da vida juvenil, enquanto as ações na cidade francesa buscam criminalizar e culpabilizar a população jovem pobre, negra e árabe, por condutas que antes eram consideradas meras incivildades.

A relação entre políticas escolares e políticas de segurança pública não se mostra próxima, e quando da busca por uma aproximação das duas funções estatais, muitos dilemas podem surgir. A problematização da implementação de um programa de segurança pública, denominado Ronda Escolar, foi objeto de estudo da tese elaborada por Both (2012), que dedicou-se a verificar as consequências de intervenções sistemáticas por órgãos de segurança pública em um ambiente escolar. O estudo apresentou como resultados que a polícia, por ser a detentora legítima do uso da forma em nome do Estado, deve limitar-se às ações específicas da segurança pública, pois sua atuação, mesmo em conformidade com os preceitos legais, é portadora de violência simbólica, tornando-se incompatível sua associação com políticas públicas de educação.

A violência e os conflitos dentro do ambiente escolar, bem como a união de esforços entre as Secretarias de Educação e de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso, foram abordados na pesquisa realizada por Tiellet (2012). O foco do estudo foi a compreensão da formulação de políticas públicas para redução da violência e de conflitos

no ambiente escolar, no estado do Mato Grosso no período 2003 a 2010. Como contribuições da pesquisa realizada, tem-se a constatação de que as políticas públicas implementadas, mesmo aquelas originadas na Secretaria de Educação tinham formatação policial, sendo que aquelas políticas implementadas pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública, estavam alinhavadas com orientações da filosofia de polícia comunitária.

A pesquisa realizada por Zovico (2012), tem como fundamento os estudos sobre a Teoria da Sociedade, e a premissa de que o papel atual do Direito não é mais a de limitar o direito, mas sim de cada vez mais buscar espaços para a ação. Seguindo neste rumo, a tese busca evidenciar como as políticas de segurança pública acabam por aumentar a probabilidade de provocar riscos ao invés de reduzi-los, gerando-se com isto um paradoxo.

A formulação de um modelo de tomada de decisão, para alocação de recursos públicos, dentro de um contexto onde exige-se cada vez mais eficiência da máquina pública, foi tema da tese de Ross (2012). A projeção do modelo baseou-se no estudo de dois casos, o primeiro refere-se ao PRONASCI, em que estados recebem recursos do governo federal, e o segundo trata do IDH (índice de desenvolvimento humano), que tem como objeto o município. No caso do PRONASCI, como resultado foi diagnosticado que, com base em informações sobre o nível de violência e capacidade de gestão das diferentes unidades da federação, é possível estabelecer uma ordenação de prioridades para a aplicação de recursos voltados a uma política de segurança pública. No segundo caso, a tomada de decisão pode ser orientada pelo *ranking* gerado pelos fatores associados ao IDH.

Analisando o conteúdo das teses selecionadas nesta categoria, percebe-se que apesar da agregação dentro de um contexto envolvendo políticas e programas de segurança pública, o conjunto de teses apresenta-se bastante heterogêneo, tendo apenas o policiamento comunitário recebido uma maior atenção dos pesquisadores aqui agrupados.

De outro modo, apesar de sua heterogeneidade, o conjunto de teses agrupadas nesta categoria, em sua maioria demonstra um alinhamento com a orientação proposta por Baumann (2003) para políticas públicas. Verifica-se um alinhamento na busca de alternativas que não o enfrentamento, mas uma aproximação entre os cidadãos e entre estes e os órgãos públicos. Oferecendo possibilidades que pregam o rompimento de um paradigma de uma cultura orientada basicamente pelo capital, e expõe uma possibilidade de valorização do ser humano e de seus relacionamentos.

#### 4.2.2 Categoria: Estudos criminológicos

Nesta categoria, foram agregadas as teses que versavam sobre estudos criminológicos. Para a definição desta categoria utiliza-se a definição de criminologia proposta por Molina e Gomes (2007), que delimita a criminologia como uma ciência empírica e interdisciplinar, que tem como objeto de estudo o crime, a pessoa do infrator, da vítima e o controle social. Partindo então desta delimitação da criminologia enquanto ciência, as teses que tinham como foco o estudo do crime, do infrator, da vítima, ou de formas de controle social, foram alocadas nesta categoria.

O processo de crescimento e queda dos homicídios em São Paulo, entre os anos de 1960 e 2010, é descrito no estudo de Manso (2012). O foco da investigação dá-se na escolha dos homicidas ao longo do período estudado, considerando o contexto onde as escolhas foram realizadas. O mecanismo multiplicador dos homicídios é descrito e analisado, chegando-se à conclusão de que em determinado momento os homicídios são vistos por todos como ações prejudiciais e incapazes de garantir controle social, permitindo assim que políticas de controle da violência tenham maiores chances de ser bem sucedidas.

A pesquisa desenvolvida por Souza (2012), objetivou identificar e interpretar os fatores que contribuem para a incidência de estupro, homicídios e roubos em Uberlândia – MG, além de abordar eventos relacionados a drogas, no período de 1999 a 2010. Como resultado, foi possível a identificação da dinâmica criminal nas modalidades criminosas analisadas, servindo de suporte ao planejamento de políticas públicas de segurança. Na pesquisa, identificaram-se também, algumas ações emergenciais que vem sendo realizadas e apresentando resultados satisfatórios. Por fim, considerou-se que pensar a violência e as ações de prevenção e controle de sua incidência, não são tarefas de fácil realização, tendo em vista o caráter dinâmico do crime.

Seguindo a linha de trabalhos voltados à investigação do crime, mais especificamente da dinâmica criminal de determinado tipo de delito, Inoue (2012) focou em sua tese as ocorrências de roubos contra ônibus rodoviários na Bahia, os diferentes tipos, formas e *scripts* de roubos, os danos decorrentes da vitimização sobre as relações de trabalho e saúde dos rodoviários, e as respostas das vítimas, das empresas e do sistema de segurança pública. Nos resultados alcançados, a pesquisadora descreveu a dinâmica criminal dos roubos a ônibus rodoviários na Bahia, e apontou para a ausência de respostas efetivas à prática delitiva estudada, mesmo

diante de uma vitimização coletiva e crônica com graves impactos sobre as vítimas.

A circulação de bens culturais que se dá por meio de práticas ilegais, comumente conhecida como pirataria, foi investigada na tese de Bezerra (2012). A pesquisa consistiu num trabalho de campo realizado junto a vendedores de mídias piratas e consumidores de bens culturais ilegais, além realizar uma análise de grupos que combatem o livre trânsito do material pirateado.

Um estudo histórico visando verificar com se articulavam os discursos que conectavam crimes sexuais, homossexualidade, homofobia familiar e justiça, na cidade de Aracaju, na década de 1990, foi objeto da tese de Costa (2012). A pesquisa evidenciou aspectos históricos como a influência do movimento homossexual na formulação de políticas públicas em Sergipe. Constatou também aspectos relacionados à homofobia familiar, que levaram ao acionamento do sistema de justiça criminal, buscando criminalizar as referidas relações. A Aracaju de 1990, foi retratada como uma cidade em processo de modernização intenso, porém mantenedora de valores de uma sociedade tradicional.

Os telejornais sobre notícias policiais tem conquistado muita audiência, principalmente aqueles voltados aos fatos regionais. Neste contexto, Silva (2012) situou a sua pesquisa para verificar de que forma detentos recepcionam os telejornais em formatos populares ligados às atividades criminais, muitas vezes praticadas pelos próprios pesquisados. Como resultado, constatou que a maioria dos criminosos acompanha a referida programação como forma de tomar conhecimento das notícias da criminalidade, e não para realizar qualquer ponderação a respeito de suas vidas e essa realidade.

Em busca de um viés prevencionista, Carmona (2012) focou sua tese na delimitação da correção entre a violência urbana e a urbanização. Procurou situar o papel do Direito Urbanístico na violência urbana e na criminalidade, e constatou que as políticas de segurança pública não podem prescindir de intervenções urbanísticas no meio ambiente urbano.

A resolução alternativa de conflitos, e a estruturação de tal campo no Brasil, permearam a tese de Prudente (2012), que constatou que o Brasil vem aderindo e promovendo significativas mudanças no Campo da gestão de conflitos interpessoais. O poder Executivo Federal vem mostrando-se um protagonista nesta área, incentivando práticas alternativas de resolução de conflitos. Uma perspectiva tradicional da resolução de conflitos, ainda se sobressai, mas há uma crescente influência e participação de outros campos, como o político e o campo da Segurança Pública.

A presença de fatores de risco, que podem levar à violência ou ao crime, como o envolvimento de jovens com álcool e drogas, tem estado presente em todos os contextos, inclusive o escolar. A concepção dos educadores sobre o enfrentamento de circunstâncias envolvendo álcool e outras drogas, no ambiente escolar, foi investigada por Dalbosco (2011), que identificou que as situações relacionadas a álcool e drogas, estão presentes tanto no entorno como no interior das unidades de ensino. Os educadores mostraram-se receosos e despreparados para lidar com situações de riscos identificadas e reconhecer a necessidade de um trabalho conjunto com os órgãos de segurança pública, a família e a rede de saúde.

Na tese elaborada por Sporl (2012), apresenta-se uma abordagem multidisciplinar, e tem como campo de estudo o Estádio Olímpico João Havelange, onde o pesquisador procurou averiguar os modos pelos quais uma torcida de um clube reage a uma determinada arquitetura projetada para atender demandas de público de megaeventos. O espaço do Estádio Olímpico João Havelange é avaliado pelos envolvidos na pesquisa sobre diversos aspectos inclusive o da segurança pública.

A presente categoria agrupou teses que realizaram estudos de cunho criminológico, sendo que metade dos estudos desta categoria situaram-se no âmbito de investigação da dinâmica criminal de determinado tipo de delito, por vezes focando no crime, na vítima ou no contexto social. Percebe-se que grande parte das teses centrou-se em estudos empíricos, característicos da criminologia, sem no entanto apresentar inovações teóricas no segmento específico da segurança pública.

#### 4.2.3 Categoria: Formação dos profissionais da área de segurança pública

Nesta categoria, foram agrupadas todas as teses que versavam sobre questões relacionadas à formação dos profissionais de segurança pública, abrangendo desde os cursos de formação inicial, até os de especialização profissional e de educação continuada.

A formação técnico-profissional do delegado de polícia de São Paulo é o título da tese de Baraldi (2012), que realizou uma análise crítica do ensino policial civil no Estado de São Paulo. Foram avaliados os conteúdos programáticos para o curso de formação técnico-profissional para Delegado de Polícia, no período de 1997 a 2009. Os resultados deste estudo mostram que o curso de formação dos policiais é profissionalizante e especializado, porém não há um curso básico, a partir do qual, se especializam as várias carreiras policiais civis em São Paulo. Constatou-se também uma carência de conteúdo humanista dos referidos

profissionais, acompanhada de um decréscimo de tais disciplinas a partir dos cursos do ano de 1999.

A academia de Polícia Militar do Barro Branco (AAPMBB) é o órgão da Polícia Militar de São Paulo responsável pela formação dos oficiais. Na pesquisa de Cerqueira (2011) busca-se refletir sobre a formação dos oficiais da AAPMBB, frente às exigências e os desafios que se lhes colocam no exercício da atividade aos quais têm de dar resposta. A pesquisa constatou que a AAPMBB é um órgão de vital importância dentro da Polícia Militar e do Estado de São Paulo, por ser responsável pela mudança comportamental dos tenentes e capitães da Polícia Militar. Verificou-se a necessidade do currículo da AAPMBB conter elementos direcionadores à construção do Estado Democrático de Direito, além de compreender o exercício da atividade de segurança pública, como prática da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

A análise de duzentas interações telefônicas entre os atendentes e comunicantes do serviço de atendimento de emergência, 190, da Brigada Militar de Porto Alegre, constituiu a pesquisa realizada por Corona (2011). Dentre as principais constatações do estudo, estão o engessamento do *software* de atendimento de ligações, que não permite a finalização do atendimento caso não seja informado um logradouro previamente cadastrado no banco de dados. Houve também a constatação de características dos discursos de atendentes e comunicantes, que apontam para a necessidade de alteração de procedimentos de atendimentos das solicitações. Por fim, Corona (2011) relata que o estudo resultou em um programa de treinamento e de seleção para os atendentes do serviço de emergência.

A formação e os regimes disciplinares dos profissionais de segurança pública, são abordados na pesquisa de Jacondino (2011). A formação dos policiais recorrentemente sofre críticas, quanto aos modelos adotados, todavia a formação dos policiais tem transcorrido de forma bastante diferente daquela preconizada pelos críticos. A realização da pesquisa permitiu o acompanhamento e o conhecimento de nuances dos processos formativos de policiais militares do estado do Paraná e de policiais Paraguaiois.

O estudo realizado por Santos (2012), debruça-se sobre o processo de formação de oficiais militares, na Universidade Estadual do Maranhão por meio de convênio entre a referida unidade e a Polícia Militar do Maranhão. Após a análise do processo formativo do oficial da Polícia Militar do Maranhão, o estudo apontou a necessidade de reorientação do curso, a partir da restauração dialógica entre as instituições envolvidas no processo. Faz-se necessário sedimentar os princípios norteadores do curso



que é formar gestores do sistema de segurança pública, capazes de atuar na manutenção da ordem e enfrentamento de situações de conflitualidade.

Uma interessante constatação, ao analisarmos as teses incursas nesta categoria, é a de que das cinco teses, apenas uma é de autoria de um profissional de segurança pública, o que causa surpresa, pois uma temática tão particular aos órgãos de segurança pública é problematizada e pesquisada por pesquisadores de outros campos profissionais.

Outro ponto que merece destaque consiste no fato de que a maioria dos estudos menciona a presença de disciplinas relacionadas à direitos humanos e a resolução de conflitos, superando o paradigma de enfrentamento de conflitos. Em tese os resultados de tais pesquisas sinalizam uma preocupação das instituições de segurança pública no que tange à formação de profissionais mais preparados para atendimento ao cidadão e para a resolução de conflitos sem o uso da força.

#### 4.2.4 Categoria: Trabalho Policial

Na categoria Trabalho policial, foram elencadas teses que dirijam suas investigações para o trabalho policial propriamente dito, como por exemplo normas instrumentalizadoras do proceder policial, ou ainda, técnicas operacionais empregadas na rotina policial. O “fazer” da rotina policial é o fator agregador.

O inquérito policial, principal peça de trabalho da polícia judiciária, é analisado à luz do código de defesa do consumidor, na tese de Araujo (2011). O autor discorre sobre a aplicação da legislação consumerista na prestação do serviço de segurança pública, mais especificamente nas atividades de polícia judiciária.

Com o propósito de compreender como solicitações, acontecimentos e ausências múltiplas e heterogêneas são classificadas como o mesmo tipo de ocorrência policial, quanto encaradas como manifestações particulares de um só problema, a pesquisa de Ferreira (2011) descreveu as rotinas burocráticas e os artefatos de gestão por meio dos quais casos de desaparecimento são registrados, investigados e arquivados por policiais. Constatou-se que os múltiplos casos de desaparecimento registrados, investigados e arquivados, são levados à irrelevância nas delegacias. Esforços de outros órgãos e familiares dos desaparecidos, buscam dar visibilidade a estes fatos. Policiais tratam os desaparecimentos como problemas de família, enquanto os familiares e outros órgãos, enxergam como problema de segurança pública ou de assistência social.

O uso das estatísticas criminais no planejamento de atividades policiais no estado do Rio de Janeiro, bem como as possibilidades e as dificuldades para tal uso, sendo as percepções dos profissionais de segurança pública envolvidos no processo, foram tema da tese de Azevedo (2012). O estudo permitiu concluir que no estado do Rio de Janeiro, as estatísticas criminais já vem sendo utilizadas, porém constatou-se também que na prática o uso das estatísticas encontra barreiras não só de natureza técnica, como de natureza subjetiva, por lidar com interesses de muitos atores.

O esvaziamento desta categoria, relacionada ao trabalho policial, evidencia uma carência de pesquisas específicas voltadas ao “fazer” policial, que acaba pautando-se pelo empirismo. Por outro lado, a identificação de que já existem teses focadas no trabalho policial, indica um despertar, mesmo que incipiente para a modernização do trabalho policial.

#### 4.2.5 Categoria: Saúde dos profissionais de segurança pública

As teses alocadas nesta categoria, perpassam por temas ligados à saúde dos profissionais de segurança pública. Envolvidos no conceito de saúde, estão fatores ligados tanto à saúde física, como à saúde mental. São abordados nesta categoria, tanto a saúde de forma individualizada, ou seja do profissional em si, como aspectos referentes aos reflexos do adoecimento do profissional, nas instituições de segurança pública e no serviço por elas prestado.

A Polícia Militar do Rio de Janeiro e suas representações sociais: repetindo, rompendo e recomeçando é o título da tese de Silva (2012), que neste trabalho buscou avaliar se as representações sociais que atravessam a instituição policial militar pudessem ter sido capturadas pela linguagem mítica, o que faria com que as representações sociais perdessem sua possibilidade de transformação, tornando-se naturalizada, imutável e refratária a qualquer possibilidade de mudança. Apesar da tese ter sido construída a partir da observação das dificuldades em se implantar e manter projetos e políticas que buscavam mudanças na segurança pública e na polícia, o foco da pesquisa foram os policiais militares, na representação do eu dos policiais, de modo a se tentar compreender o lugar que este ocupa na construção das representações sociais e dos mitos, e de que forma é afetado por tais construções.

A saúde mental de policiais é o assunto abordado na pesquisa de Andrade (2011), que investigou a auto-estima como dispositivo para a saúde mental dos trabalhadores policiais. Na pesquisa, também procurou-

se entender como se dá o processo de saúde-doença dos policiais procurando discutir alternativas de intervenção que levem em conta a auto-estima como fator predisponente para minimizar o sofrimento psíquico desses trabalhadores. Como resultados, constatou-se que a auto-estima pode ser influenciada e influenciar a cultura organizacional da Polícia, atuando como um dispositivo de mudanças. Outra conclusão é de que a profissão policial pode dar causa a uma espécie de insalubridade emocional nos profissionais, e aponta para a urgência de gestores e pesquisadores promoverem intervenções que objetivem a saúde mental, sob pena do comprometimento da segurança pública.

As pesquisas agrupadas nesta categoria alertam para o fato de que o exercício da profissão policial é diferenciada, e submete o indivíduo que a exerce a fatores causadores de problemas psicológicos e físicos bastante específicos. A condição para um bom atendimento ao cidadão, passa necessariamente pelo fato do profissional de segurança estar bem física e emocionalmente, o que impõe grande relevância ao tema das teses agrupadas nesta categoria.

#### 4.2.6 Categoria: Órgãos de segurança pública

A categoria ora apresentada é composta por teses que tratam especificamente dos órgãos de segurança pública, nos aspectos relativos a suas atribuições, estruturação, formação histórica.

O controle social da atividade Policial na Paraíba foi o cerne da pesquisa realizada por Moura (2012), que analisou o controle social da atividade policial na Paraíba, desenvolvido pela Ouvidoria de Polícia, vinculada à secretaria de Estado de Segurança e Defesa Social. Entre os resultados apresentados, está a identificação de resistências e obstáculos à consecução do controle social da atividade policial no referido estado. Dá-se destaque ao fato de que a sociedade deve assumir o protagonismo no exercício do controle social sobre o Estado, nos atos da vida política e social.

Na segunda tese, agrupada na categoria órgãos de segurança pública, Teixeira (2012) trata da articulação dos militares do Exército Brasileiro na Constituinte de 1987-1988, para assegurar a manutenção de instrumentos de intervenção na política brasileira após o retorno definitivo da normalidade democrática. O trabalho foca na questão da manutenção do controle das Polícias Militares pelo Exército. Como resultados aponta que a manutenção das Polícias Militares como forças auxiliares do Exército Brasileiro, enfraquecem o pacto federativo, além de impedirem o desenvolvimento de políticas públicas de segurança, mais

adequadas a uma realidade social totalmente distinta daquela do final dos anos 1980.

Novamente, percebe-se, também nesta categoria, a preponderância de olhares externos a particularidades dos órgãos de segurança pública. Profissionais não pertencentes a órgãos de segurança pública, realizam investigações sobre temas específicos, como subordinação às forças armadas e implementação de órgãos de controle. A pequena quantidade de pesquisas impede a contraposição ou confirmação dos resultados alcançados nas pesquisas precursoras.

É pertinente destacar que apesar do reduzido número de pesquisas, muitos são os projetos de lei que tramitam no parlamento, com vistas a propor alterações nos modelos de polícia adotados no Brasil (FILOCRE, 2010). Não existe no contexto mundial um modelo de polícia que seja considerado perfeito, o que há são modelos específicos que atendem à características específicas de cada sociedade. Estas características são as mais variadas, e apresentam-se bastante ligadas à formação histórica de cada sociedade.

#### 4.2.7 Categoria: Segurança pública e direitos humanos

Os Direitos Humanos são o fator agregador das teses, nesta categoria. As teses, aqui classificadas, apresentam a temática da segurança pública e sua relação com os direitos humanos, restringindo o foco da pesquisa a este relacionamento. Segurança pública e direitos humanos são assuntos que caminham lado a lado, mas o diferencial, nesta categoria, é que os direitos humanos não são abordados apenas de forma transversal, mas são o foco do estudo selecionado.

Na primeira tese selecionada para integrar esta categoria, Costa (2011) discute a evolução dos direitos humanos nas ações das forças de segurança, comparando a evolução das polícias da República Argentina e do Brasil. A tese traz uma revisão da formação das polícias dos dois países, descrevendo os períodos de ditadura e golpe, a repressão aos opositores do poder constituído, chegando a atual formação constitucionalmente definida dos órgãos policiais, corroborando o contexto histórico com a evolução dos direitos humanos.

A evolução constitucional da segurança pública no Brasil e sua conexão entre a concepção de Estado e a noção de segurança pública, além de um apanhado histórico sobre as polícias e os direitos fundamentais, foram demonstrados por Siraque (2011), em sua pesquisa. A segurança pública foi definida como sendo uma espécie de direito fundamental, que serve como meio para viabilizar direitos individuais,

coletivos e difusos. Como resultado, o autor, aponta as obrigações dos entes federados competentes para assegurar o direito à segurança pública, aos seus destinatários ou titulares, bem como indica instrumentos jurídicos e as garantias destes instrumentos que podem ser utilizadas pela sociedade, individual ou coletivamente para a efetivação do direito à segurança pública.

As duas pesquisas contidas nesta categoria coadunam-se com o pensamento de Balestreri (2003) que vê no policial não só um defensor de direitos humanos, mas também um garantidor. Os profissionais de segurança pública não devem mais limitar-se à uma aplicação fria da lei. Diante de uma sociedade líquida, como expressa por Bauman (2003), o papel do policial frente a garantia dos direitos humanos necessita ser revista, para assunção de uma atuação bem mais abrangente.

#### 4.2.8 Categoria: Desvio de conduta dos profissionais de segurança pública

Nesta categoria, optou-se por agregar pesquisas relacionadas a desvios de conduta dos profissionais de segurança pública. O conceito de desvio de conduta, abarca aqui, tanto violações de regramentos administrativos como de dispositivos criminais, incluindo também a infração de preceitos éticos e valores institucionais, que são próprios das instituições de segurança pública.

Apenas uma tese foi inclusa nesta categoria, a de Costa (2011) que pesquisou os discursos sobre a milícia. O trabalho investigou quais são os efeitos metafóricos produzidos pela substituição do termo policial, pelo milícia, além de outras substituições, que funcionam em discursos sobre a milícia, nos moradores do Rio de Janeiro, discurso jurídico, discurso jornalístico. Foram quatro pontos principais abordados: 1) em determinada instância, a denominação “milícia” recobre a violência policial ao dar outro nome a polícia, ou seja desvincula “milícia” da Instituição Polícia; 2) é o lugar de policial que configura e sustenta o sentido de milícia enquanto protetora; 3) a prática da milícia é associada a grupos criminosos, é e então significada como criminosa, um desdobramento da polícia; e 4) a existência da milícia está ligada a um espaço material político-simbólico determinado: a favela, pois é nesse espaço que ela tem sua prática instaurada.

O conjunto de teses analisadas e agrupadas em categorias possibilitou verificar que apesar de um reduzido número de pesquisas no período de 2011-2012, dentro da seara da segurança pública, há uma diversidade muito grande de temáticas a serem tratadas e que abrangem

outros campos do conhecimento. Constatou-se também que profissionais das mais diversas áreas de atuação, e com formações iniciais bastante heterogêneas, optam por pesquisar temas conexos com a segurança pública. Por outro lado, os profissionais da área de segurança pública, ainda são em número reduzido.

As pesquisas em sua maioria não trazem teorizações específicas para o campo da segurança pública, prejudicando assim o desenvolvimento da mesma enquanto campo autônomo de conhecimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou identificar a produção de teses, cujo tema versa sobre segurança pública, no Brasil, partindo-se das teses contidas no Banco de Teses da Capes. Durante a realização do trabalho, constatou-se um número bastante reduzido de teses, o que se justifica pelo fato do Banco de Tese da Capes ter passado por uma reformulação, e atualmente estar agregando apenas trabalhos dos anos de 2011 e 2012.

A constatação inicial da quantidade de teses, no entanto, não invalida a pesquisa, pelo contrário, retrata um contexto preocupante. O Banco de Teses da Capes, um banco de dados mantido com recursos públicos, após reformulação sofreu uma redução de seu acervo. Mesmo considerando que ocorrerá uma recomposição do banco de dados, é evidente o prejuízo causado pela indisponibilidade de um grande número de dados que deveriam permanecer acessíveis aos pesquisadores.

A distribuição das teses encontradas por ano de defesa, 16 teses em 2011 e 20 em 2012, sinaliza por um possível crescimento no número de pesquisas voltadas à segurança pública. Entende-se que tal crescimento é esperado, pois os debates sobre o tema tem cada vez mais tomado os noticiários, bem como as bancadas parlamentares.

Os Estados de Rio de Janeiro e São Paulo mostraram-se os mais expressivos, quando considerada a distribuição das teses produzidos pela localização das instituições de ensino superior da qual se originaram. É inegável que o problema da violência que afeta diretamente a segurança pública, é visto com maior intensidade em grandes cidades, por isso é possível que o tema seja mais recorrente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Com relação às áreas do conhecimento que originaram teses voltadas à temática da segurança pública, a constatação foi de que a distribuição é bastante heterogênea. Tal fato aponta para uma multidisciplinariedade do campo da segurança pública, entretanto, ao se analisar o conteúdo do conjunto de teses produzidas, percebe-se que falta coesão entre as pesquisas. As teses mostraram-se bastante dispersas, orientando-se basicamente por campos específicos do conhecimento, sem convergir para construção de um arcabouço teórico, próprio da segurança pública.

Não há parâmetros para a comparação do número de pesquisadores formados, com trabalhos focados na área de segurança pública, e outras áreas do conhecimento, assim não é possível precisar o período 2011-2012 formou poucos ou muitos pesquisadores dentro de um contexto mais amplo. De outro modo constata-se que as teses identificadas apresentam

uma distribuição bastante heterogênea. As teses selecionadas apresentaram origem bastante fragmentada, tanto com relação aos orientadores, linhas de pesquisa, como com relação às instituições produtoras. Não sendo diagnosticadas concentrações específicas, que apontem para um centro ou núcleo científico com interesse específico em segurança pública, pelo menos no período analisado (2011-2012).

Pode atribuir-se tal fragmentação, ao menos em parte, ao fato da segurança pública ainda não constituir-se em um campo ou área do conhecimento institucionalizado. Ou seja, a segurança pública carace de um reconhecimento institucional, como no caso da CAPES, que ainda não incluiu em sua tabela de campos do conhecimento a segurança pública. Este fator, em tese, leva os interessados em pesquisar sobre o tema, a dispersarem-se por outras áreas do conhecimento, reduzindo assim a visibilidade de suas pesquisas por outros pesquisadores interessados pela temática da segurança pública.

Seguindo no tema, é notório que quando determinado campo do conhecimento tem sua existência reconhecida institucionalmente por órgãos oficiais, recursos para pesquisas e desenvolvimento de projetos acabam por ser direcionados. Deste modo, instituições de ensino superior passam a dispensar maior atenção à área, como forma de captar os recursos disponíveis, aumentando-se consequentemente o número de pesquisas na área.

Constatou-se que apenas 16,67% dos autores, das teses selecionadas, têm sua atuação profissional ligada a atividades de segurança pública. Os dados apontam para o fato que a maior parte dos pesquisadores formados não mantém conexão direta com a atividade. Assim, é possível que lhes falte o arcabouço de vivências necessário ao direcionamento das pesquisas para os problemas enfrentados pelos órgãos de segurança pública, permanecendo um enfoque muito mais voltado à sintomática percebida pela população.

A análise do conteúdo dos resumos das teses selecionadas possibilitou uma classificação temática das mesmas. Dentre as categorias geradas, a que agrupou o maior número de teses foi a relacionada a programas e políticas de segurança pública. E contida nesta categoria, percebe-se uma tendência na abordagem da polícia comunitária, assunto que permeou muitas discussões em segurança pública, por propor uma mudança de paradigma quanto à filosofia de atividade policial.

Outra categoria que apresentou concentração expressiva, dentro do estudo, foi a que abrange os estudos criminológicos. As teses incluídas nesta categoria focavam o estudo do crime, do criminoso e ações voltadas



à prevenção do crime e da violência. O percentual de teses alocados nesta categoria foi de 27,78% do total.

Não foram encontrados estudos que resultassem em teorizações dentro da área da segurança pública. Novamente, remete-se à questão da fragmentação das pesquisas, em diversas áreas do conhecimento, resultando na ausência de um corpo teórico, que possa fundamentar o estabelecimento da segurança pública como uma área específica do conhecimento de forma institucionalizada, propiciando maior visibilidade às pesquisas sobre o tema.

Considera-se que a presente pesquisa atingiu seus objetivos, pois apesar do número reduzido de teses que compuseram o corpus do estudo, as constatações realizadas permitiram visualizar o cenário em que se encontra a segurança pública, no aspecto da publicação de teses, documentos que coroam a formação de pesquisadores. É pertinente a sinalização para a necessidade de implementação de um campo do conhecimento específico da segurança pública.

A delimitação e institucionalização de tal campo pode em tese agrupar e concatenar as pesquisas realizadas. Assim, acredita-se ser possível desenvolver pesquisas voltadas à produção de teorizações, acerca da segurança pública, e constituir um corpo teórico que permita o crescimento científico desta área.



## REFERÊNCIAS

- AMORIM, João Schorne de. **Sistema nacional de segurança pública**. Palhoça: Unisul Virtual, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: **Resumo**: apresentação. Rio de Janeiro: 2003.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos**: coisa de polícia. Passo Fundo: Edições CAPEC, gráfica editora Berthier, 2003
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1994. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro.
- BAUMAN, Zygmund. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2003.
- BAUMAN, Zygmund. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.
- BEATO, Claudio. A Pós-Graduação em Criminologia e Segurança Pública no Brasil 2011-2020. In: BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020**. v. 2. Brasília: Capes, 2010. p. 117-131. Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG\\_Miolo\\_V2.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- BENGOCHEA, Jorge Luiz et al. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 18(1), p.119-131, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22234.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- BRASIL. Capes. **Tabela de áreas do conhecimento**. Disponível em: <[http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento\\_042009.pdf](http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_042009.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaompilado.htm#adct](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaompilado.htm#adct)>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação -**

**PNPG 2011-2020.** Vol. I. Brasília: Capes, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ministério da Justiça. **Secretaria Nacional de Segurança Pública: Produção de Conhecimento.** 2014. Disponível em: <[BUNGE, Mario Augusto. \*\*Emergence and convergence:\*\* qualitative novelty and the unity of knowledge. Toronto: University of Toronto, 2003.](http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={CF2BAE97-81BC-4482-95B9-983F1CC404DA}&Team;=¶ms=itemID={2A88BA33-483A-41E6-A3F4-C4C0557FF8AF};&UIPartUID;={2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26}>.</a>>. Acesso em: 18 dez. 2014.</p>
</div>
<div data-bbox=)

BUNGE, Mario. A systemic perspective on crime. In: WIKSTRÖM, Per-olof H.; SAMPSON, Robert J. (Ed.). **The explanation of Crime:** Context, mechanisms and development. New York: Cambridge University Press, 2006. Cap. 1. p. 08-30.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Teses e dissertações. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 121-128.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Análise de conteúdo:** considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa, v. 4, n. 1, p.13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/10000/10871>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

CLARKE, Ronald V.. **Situational crime prevention:** sucessful case studies. 2. ed. New York - United States: Harrow And Heston, Publishers, 1997.

COULANGES, Numa-denys Fustel de. **A Cidade Antiga.** São Paulo: Edameris, 1961.

CRESWELL, John W.. **Projeto de Pesquisa:** Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Tradução Magda Lopes.

DANTAS, Flávio. **Responsabilidade social e pós-graduação no Brasil:** idéias para (avali)ação. RPPB, Brasília, v. 1, n. 2, p.160-172, nov. 2004.

ESTADÃO (Brasil). **Blog do Estadão Dados.** 2013. Disponível em: <<http://blog.estadaodados.com/ranking-do-indice-de-desenvolvimento-humano-idh-2013>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

FERNÁNDES, José Antonio Gonzáles. La Seguridad Pública en México. In: PEÑALOZA, Pedro José; SALINAS, Mario A. Garza. **Los desafíos de la Seguridad Pública en México.** México, D.F.: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2002. p. 125-135.

FILOCRE, Lincon D'aquino. Classificações de políticas de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 2, n. 5, p.146-158, ago./set. 2009. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/57/55>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

FILOCRE, Lincon D'aquino. **Direito de segurança pública:** Limites jurídicos para políticas de segurança pública. São Paulo: Almedina, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. Tradução Joice Elias Costa.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. E-Topia. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 51-59, abr./set. 2006.

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCA, Jorge Eduardo. **Superando o mito do espantinho:** Uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública. Florianópolis: Insular, 2012.

LAZZARINI, Álvaro. **Temas de direito administrativo.** 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LEITÃO, Kleber Luis da Costa; REIS, Hilton Teixeira dos. Teoria geral da segurança pública. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 38, p.25-33, jan./jun. 2008. Disponível em: <[http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/38/2\\_teor%C3%ADa%20geral\\_da\\_seguranca\\_publica.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/38/2_teor%C3%ADa%20geral_da_seguranca_publica.pdf)>. Acesso em: 02 abr. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 261 p.

MATSUDA, Fernanda Emy; GRACIANO, Mariangela; OLIVEIRA, Fernanda C. F.. **Afinal, o que é segurança pública?** São Paulo: Global, 2009.

MOLINA, García-pablos de; GOMES, Luis Flávio. **Criminologia**. 5. ed. rev. ampl. Atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**: Parte introdutória, parte geral e parte especial. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MORENO, Fernanda Passini; ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Publicação científica em arquivos de acesso aberto. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.76-86, jan./jun. 2005.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p.731-747, jul./ago. 2011. Bimestral. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-65552011000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000400010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 15 dez. 2014.

NUNES, Andrine Oliveira. Globalização, Estado e Segurança Pública. **Caderno de Estudos Ciência e Empresa**, Teresina, Ano 6, n. 1, p.13-27, 2009. Disponível em: <<http://www.faete.edu.br/revista/Prof.%20Andrine.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

OLIVEIRA, Fiana Sofia Schimidt. **Políticas públicas de segurança e políticas de segurança pública**. In: BEATO FILHO, Cláudio *et al.* Das políticas de segurança públicas às políticas públicas de segurança. São Paulo: Ilanud, 2002. p. 43-62.

RÖDER, Elisângela dos Santos Faustino. **Mapeamento da produção científica sobre a agricultura familiar nos programas de pósgraduações**: Teses defendidas no Brasil, 2000-2009. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

RODRIGUES, João Gaspar. **Segurança pública e comunidade**: Alternativas à crise. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2009.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no Século XXI. 2ª Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University Of Oxford, Centre For Brazilian Studies, 2009.

\_\_\_\_\_. Uma introdução aos novos paradigmas da segurança pública. **Ciência em Movimento**, Porto Alegre, Ano X, n. 19, p.21-31, 2008.

RUIZ, Samuel Gonzáles; PORTILLO V., Ernesto López; YÁÑES, José Arturo. **Seguridad Pública en México**: Problemas, perspectivas y propuestas. México, D.F: Universidad Autónoma de México, Cordinación de Humanidades, 1994.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 9 ed. rev., atual. e ampl. Niterói: Impetus, 2012.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violência e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 01, p.03-12, 2004a.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SORJ, Bernardo. Segurança, segurança humana e América Latina. **Sur, Revista internacional de direitos humanos**, dez/2005, vol.2, no.3, p.40-59.

VOLPATO, Gilson. **Publicação científica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.





## APÊNDICE A

### Ficha documental

AUTOR	PASSOS, Gleise Prado da Rocha
PROFISSAO	Professor
PRIMEIRA FORMAÇÃO	Ciências Sociais
TÍTULO	Segurança pública não é só polícia! - Segurança e participação social em relação ao policiamento comunitário na cidade de Aracaju
ANO DA DEFESA	2011
PROGRAMA	Ciências Sociais
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	Universidade Federal da Bahia
ESTADO	Bahia
ORIENTADOR	Ruthy Nadia Laniado
PALAVRAS-CHAVE	Democracia; Participação Social; Policiamento Comunitário
RESUMO	<p>O aumento da criminalidade nas últimas décadas provocou respostas que, em geral, tenderam a duas direções opostas no que se refere às políticas públicas de segurança - de um lado, endurecimento, de outro, abertura à participação comunitária. A preocupação em controlar a violência tem levado tanto ao reforço da punitividade como recurso do Estado Punitivo, quanto à tentativas de aproximação da polícia com a população, a exemplo do policiamento comunitário. Na América Latina, frente à crise de legitimidade que as polícias passaram com a transição do autoritarismo à democracia, o modelo comunitário de policiamento foi usado como uma tentativa de recuperar prestígio. No Brasil, o policiamento comunitário surge como a grande sugestão de alternativa ao policiamento tradicional. Também chamado de 'Polícia Cidadã?', aposta na integração com a comunidade e na prevenção como solução para os problemas de segurança. Incorpora, portanto, uma nova dinâmica de reciprocidade e corresponsabilidade entre sociedade e polícia, valorizando uma atuação pautada em valores democráticos. Dentro e fora do Brasil, o policiamento comunitário foi proposto e louvado como a solução tanto para os problemas de segurança quanto para as dificuldades de integração entre polícia e sociedade, entretanto, importa saber até onde a implantação desse policiamento resultou em solução e, de fato, conseguiu distinguir-se do policiamento tradicional. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo principal analisar a estruturação do policiamento comunitário na cidade de Aracaju iniciado em 1996 e caracterizar o perfil das demandas por segurança assim como a participação social na implementação dessa política pública, relacionando esses elementos à redução da violência. Para tanto, a metodologia da pesquisa consistiu num estudo de caso sobre o policiamento comunitário na cidade de Aracaju, entre os anos de 2007 e 2010, integrando o uso de técnicas qualitativas e quantitativas, a saber: pesquisa documental e de arquivo; análise de fontes estatísticas; pesquisa bibliográfica com apoio teórico na Sociologia Política; entrevistas semiestruturadas com membros da população dos bairros escolhidos e gestores públicos envolvidos com o policiamento comunitário no estado; observação participante em reuniões dos Conselhos de Segurança dos bairros estudados e em outros eventos relacionados à segurança pública.</p>
CATEGORIA	Políticas e programas de segurança pública
AREA DO CONHECIMENTO	Sociologia
LINHA DE PESQUISA	Democracia, Estado e Movimentos Sociais
DESCRIÇÃO DA LINHA DE PESQUISA	As pesquisas desta linha tratam da democracia contemporânea e dos processos de globalização, compreendendo a participação política que ocorre nesse quadro por meio dos movimentos sociais e das contestações políticas. Descrição completa da linha de pesquisa



## APÊNDICE B

### Corpus da pesquisa

ANDRADE, Edson Ribeiro de. **Influência da auto-estima na saúde mental de policiais.** 2011. 149 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011

ARAUJO, Moacir Martini de. **Do inquérito policial federal à luz do código de defesa do consumidor uma visão constitucional consumerista da carta indiciária como instrumento eficiente na prestação de serviço público de segurança pública no âmbito da polícia judiciária da união.** 2011. 550 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Metropolitana De Santos. Santos, 2011

AZEVEDO, Ana Luisa Vieira de. **Uso das estatísticas criminais e planejamento das atividades das policias:** um estudo sobre a percepção dos profissionais de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. 2012. 261 f. Tese (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas/RJ. Rio de Janeiro, 2012.

BARALDI, Tereza Cristina Albieri. **A formação técnico-profissional do delegado de polícia de São Paulo.** 2012. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Est.Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, 2012.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Cultura ilegal?** O trânsito de bens culturais na era da pirataria. 2012. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

BOTH, Laura Jane Ribeiro Garbini. **A polícia no cotidiano escolar:** um estudo a partir da patrulha escolar do Paraná. 2012. 220 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2012.

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. **A violência urbana e o papel do direito urbanístico.** 2012. 341 f. Tese (Doutorado em Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

CERQUEIRA, Homero de Gorge. **Os paradoxos do currículo da Academia de Polícia Militar do Barro Branco:** a cidadania como fundamento das forças de segurança pública. 2011. 246 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

CORONA, Marcia De Oliveira Del. **O universo do 190 pela perspectiva da fala-em-interação.** 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2011.

COSTA, Greciely Cristina da. **Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos.** 2011, 180 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

COSTA, Marcos Ferreira Guedes da. **Evolução dos direitos humanos nas ações das forças de segurança latino americanas: uma análise comparada das polícias das Repúblicas da Argentina e do Brasil.** 2011, 383 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

COSTA, Patricia Rosalba Salvador Moura. **Aracaju dos anos 90: crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça.** 2012, 320 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

DALBOSCO, Carla. **Representações sociais de educadores de escolas públicas sobre situações-problema relacionadas ao uso de álcool e outras drogas.** 2011, 320 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

DAMICO, Jose Geraldo Soares. **Juventudes governadas: dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas-RS) e em Grigny Centre (França).** 2011. 290 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, Leticia Carvalho de Mesquita. **Uma etnografia para muitas ausências: o desaparecimento de pessoas como ocorrência policial e problema social.** 2011. 308 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

GUAZINA, Laize Soares. **Práticas musicais em organizações não governamentais: uma etnografia sobre a (re)invenção da vida.** 2011 344 f. Tese (Doutorado em Música) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

INOUE, Silvia Regina Violdres. **Assaltantes na estrada: estudo sobre vitimização de rodoviários interurbanos por roubos na Bahia.** 2012. 256 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

JACONDINO, Eduardo Nunes. **Poder/saber e corpo: os regimes disciplinares e a construção microfísica da profissionalização da segurança pública.** 2011. 250 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

MANSO, Bruno Paes. **Crescimento e queda dos homicídios em São Paulo entre 1960 e 2010 - uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras criminais.** 2012. 305 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MARTINS, Valmir Farias. **Policimento comunitário e cultura organizacional: estudo de caso do processo de modernização da Polícia Militar da Bahia.** 2012. 267 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) Universidade Salvador. Salvador, 2012.

MORAES, Luciane Patricio Braga de. **Falar, ouvir e escutar - etnografia dos processos de produção de discursos e de circulação da palavra nos rituais de participação dos conselhos comunitários de segurança.** 2011. 311 f. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2011.

MOURA, PAULO VIEIRA de. **O controle social da atividade policial na Paraíba.** 2012. 190 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

NASCIMENTO, Deise Maria do. **Políticas de segurança pública: punição e técnicas de governo- um estudo arqueológico.** 2011. 183 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

PASSOS, Gleise Prado da Rocha. **Segurança pública não é só polícia! - segurança e participação social em relação ao policiamento comunitário na cidade de Aracaju.** 2011. 237 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

PRUDENTE, Moema Dutra Freire. **Pensar e fazer justiça: a administração alternativa de conflitos no Brasil.** 2012. 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

ROSS, Steven Dutt. **Metodologia para comparação de desenvolvimento dos municípios e estados brasileiros.** 2012. 88 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Vera Lucia Bezerra. **Formação de oficiais da PMMA: uma visão paralítica acerca da segurança publica.** 2012. 223 f. Tese (Doutorado em Administração). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Alexandra Valeria Vicente da. **A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e suas representações sociais: repetindo, rompendo e recomeçando.** 2012. 201 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Rodrigo Barbosa e. **Criminalidade na televisão baiana: o telejornal policial se liga bocão e os relatos dos sujeitos privados de liberdade.** 2012. 281 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

SIRAQUE, Vanderlei. **A segurança pública e os necessários instrumentos judiciais para a sua efetividade.** 2011. 290 f. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

SOUZA, Leticia Godinho de. **Depois do 13º. Tiro: segurança cidadã, democracia e os impasses do policiamento comunitário no Brasil ,** 2011. 248 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

SOUZA, Marcia Andreia Ferreira Santos de. **Criminalidade violenta e contradições socioespaciais na cidade de Uberlândia.** 2012. 421 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

SPORL, Martin Christoph Curi. **Espaços da emoção: arquitetura futebolística, torcida e segurança pública.** 2012. 317 f. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2012.

TEIXEIRA, Helder Bezerra. **O sujeito concreto da constituinte: exército, segurança pública e polícias militares como instrumentos de ingerência política.** 2012. 222 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

TIELLET, Maria do Horto Salles. **Política pública de redução e prevenção dos conflitos e da violência em ambiente escolar no Estado do Mato Grosso, no período de 2003-2010, e os reflexos nas escolas**

**estaduais do município de Cáceres.** 2012. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Vale do Rio dos Sinos). São Leopoldo, 2012.

ZOVICO, Marcelo Luis Roland. **Os limites do direito diante da teoria do risco:** uma abordagem sobre a (in)eficiência das políticas de segurança pública. 2012. 119 f. Tese (Doutorado em Direito) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.